

# RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2015

## N SEGUROS, S.A.

The screenshot displays the N Seguros website interface. At the top, there is a navigation bar with menu items: 'Fauto', 'Moto', 'Acidentes Pessoais', 'Saúde', 'Elev', and 'Benefícios'. A 'Benefícios' icon is also visible in the top right corner.

The main content area features several promotional banners and product cards:

- N AUTO:** A banner for car insurance with the text 'o Seguro certo para si...' and 'Todos os produtos >'. It includes a 'COMPRAR JÁ >' button and a 'SIMULE JÁ >' button.
- A CAMPANHA ONDE SE GANHAM SEMPRE PRÉMIOS:** A large banner featuring cartoon characters and icons (euro symbol, heart, speech bubble, group of people) with the text 'OLA!' and 'OLA! ...'. It includes a 'SALVA PRÉMIOS' button.
- N MOTO:** A card for motorcycle insurance with the text 'Seja brava para conduzir! Liberdade e segurança em 2 rodas...' and 'Todos os produtos >'. It includes 'Simule já >' and 'Compre já >' buttons.
- N PROTEÇÃO:** A card for protection insurance with the text 'Para os imprevistos do dia-a-dia' and 'Todos os produtos >'. It includes 'Simule já >' and 'Compre já >' buttons.
- N SAÚDE:** A card for health insurance with the text 'Para uma vida melhor' and 'Todos os produtos >'. It includes 'Simule já >' and 'Compre já >' buttons.
- N BIKE:** A card for bicycle insurance with the text 'Pedalar de forma segura' and 'Todos os produtos >'. It includes 'Simule já >' and 'Compre já >' buttons.

Below the product cards, there are two horizontal banners:

- BENEFÍCIOS CLIENTES N:** A green banner with the text 'Benefícios e vantagens por ser nosso cliente' and a 'CONSULTAR' button.
- NEWSLETTER N:** A dark green banner with the text 'Dicas, novidades e promoções todos os meses no teu email' and a 'SUBSCRIBIR' button.

At the bottom of the page, there is a utility bar with the following elements:

- 'Comparar Produtos' with a 'Seleccione' dropdown menu and a 'COMPARAR' button.
- 'o que fazer em caso de Acidente' with a 'Seleccione' dropdown menu and a 'O QUE FAZER' button.

# Índice

<b>1. A ECONOMIA</b> .....	<b>4</b>
1.1 ECONOMIA MUNDIAL .....	4
1.2 ECONOMIA PORTUGUESA .....	6
1.2.1 A Economia .....	6
1.2.2 O Mercado Segurador .....	8
<b>2. A N SEGUROS EM 2015</b> .....	<b>10</b>
2.1. PRODUÇÃO .....	12
2.1.1. Volume de Prémios .....	12
2.1.1.1. Prémios Brutos Emitidos (PBE) .....	12
2.1.1.2. Prémios Adquiridos e Prémios Adquiridos líquidos de resseguro .....	13
2.1.2. Nº de Apólices e Nº de Clientes .....	13
2.1.3. Quota de Mercado .....	14
2.2. SINISTRALIDADE .....	14
2.2.1. Taxa de Sinistralidade .....	14
2.2.2. Sinistros em curso, abertos e encerrados .....	15
2.2.3. Taxa de Encerramento .....	15
2.3. RESSEGURO .....	15
2.4. ANÁLISE FINANCEIRA .....	16
2.4.1. Resultado Antes de Impostos e Resultado Líquido .....	16
2.4.2. Resultado Operacional .....	17
2.4.3. Despesas Gerais .....	17
2.4.4. Investimentos .....	18
2.4.5. Garantias Financeiras – Margem de Solvência .....	19
2.4.6. Aplicação de Resultados .....	19
2.5. POSICIONAMENTO E IMAGEM .....	19
2.5.1. Posicionamento .....	19
2.5.2. Comunicação Promocional .....	20
2.5.4. Investimentos em Marketing e Comunicação .....	20
2.6. PRINCIPAIS PROJETOS DESENVOLVIDOS EM 2015 .....	20
2.6.1. Novo Sistema Integrado de Gestão de Seguros .....	20
2.6.2. Site da N Seguros – Novos Desenvolvimentos .....	21
2.6.3. Programas de Fidelização e Captação de Clientes .....	21
2.6.4. Gestão de Riscos (Solvência II) .....	22
2.6.5. Gestão de Protocolos e Grupos de Afinidades .....	22
2.7. RECURSOS HUMANOS .....	23
2.7.1. Quadro de Pessoal .....	23
<b>3. PERSPETIVAS 2015</b> .....	<b>24</b>
3.1 A ATIVIDADE SEGURADORA .....	24
3.2 A N SEGUROS .....	24

4. DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL E AO ESTADO .....	25
5. OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA COMPANHIA EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS	25
6. ACÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS.....	25
7. DISPOSIÇÕES FINAIS .....	26
<b>ANEXO 1. RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO .....</b>	<b>27</b>
1. ESTRUTURA DO GOVERNO.....	27
2. IDENTIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃO SOCIAIS.....	28
3. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E ATIVIDADE EXERCIDA NOS ÚLTIMOS ANOS.....	28
4. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO .....	29
5. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES.....	30
6. REMUNERAÇÕES AUFERIDAS PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (NOS TERMOS DO ART. 2º, DA LEI N.º 28/2009).....	30
7. REMUNERAÇÕES DO AUDITOR/REVISOR OFICIAL DE CONTAS .....	30

## 1. A ECONOMIA

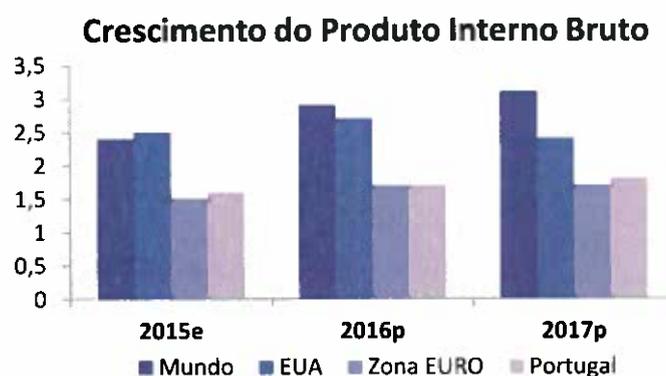
### 1.1 Economia Mundial

De acordo com a informação do Banco Mundial, no ano de 2015, as expectativas de crescimento da economia mundial voltaram a dececionar, situando-se nos 2,4%. Este resultado deveu-se, essencialmente, a uma desaceleração contínua da atividade económica nas economias emergentes, provocada pelo enfraquecimento, não só dos preços das mercadorias, mas também do comércio global e dos fluxos de capital.

As previsões para os próximos anos indicam que o crescimento global deverá continuar a aumentar, atingindo os 2,9%, em 2016 e os 3,1%, em 2017 e 2018.

As economias desenvolvidas viram a sua recuperação ganhar força no último ano, suportadas por um aumento da procura interna, particularmente nos EUA, o qual cresceu 2,5%. O Reino Unido, apesar de apresentar um crescimento em linha com a economia mundial, ficou abaixo do de 2014 (-0,5 pp.). A Zona Euro deverá ter crescido 1,5%, enquanto o Japão não terá crescido mais do que 0,8%.

A China, embora continue a ser um dos principais impulsionadores do crescimento mundial, voltou a perder fulgor, tendo fechado 2015 com um crescimento de 6,9% (depois dos 7,3%, em 2014 e 7,7%, em 2013).



*Fonte: Banco Mundial e Banco de Portugal*

Na Zona Euro, o ano de 2015 ficou marcado pelo aumento da procura interna e pela aceleração das exportações que, em parte, deveu-se ao efeito de depreciação do euro. O baixo preço do petróleo e as condições financeiras mais favoráveis incentivaram o aumento do consumo e do investimento. Complementarmente, a diminuição da consolidação fiscal e a correção do mercado laboral sustentaram a procura interna.

O programa de *quantitative easing*, do BCE, tem produzido efeitos positivos, embora com algumas limitações. O crescimento previsto para a Zona Euro é de 1,7%, em 2016 e 2017 e 1,6%, em 2018.

Nos Estados Unidos da América, as sólidas condições do mercado de trabalho continuam a apoiar uma recuperação liderada pelo consumo. O crescimento robusto do emprego, as condições monetárias acomodáticas e o baixo preço do petróleo devem continuar a apoiar a procura interna no futuro próximo. De acordo com o Banco Mundial, o crescimento médio está projetado para 2,7%, em 2016, 2,4%, em 2017 e 2,2%, em 2018.

Em 2015, o crescimento dos países emergentes abrandou para 4,3%, devido ao abrandamento da produtividade, da incerteza política e das políticas monetárias e fiscais contracionistas de alguns países. No plano externo, os preços persistentemente baixos das mercadorias, o enfraquecimento do comércio global, a desaceleração dos fluxos de capital e o aumento do risco de empréstimo contribuíram para a desaceleração do crescimento destes países.

Nos mercados financeiros manteve-se a divergência de políticas entre os principais blocos económicos: enquanto a política monetária nos países desenvolvidos manteve um cariz fortemente acomodático, a Reserva Federal norte-americana iniciou o ciclo de normalização da taxa de juro de referência. No resumo do ano, os mercados europeus registaram uma melhor performance que os mercados americanos, que, com a exceção do Nasdaq, terminaram com perdas. Na Europa, destacam-se, pela positiva, as bolsas portuguesa, alemã e francesa e, pela negativa, o índice espanhol.

	PAÍS	ÍNDICE	VAR. % 2015
Europa	Alemanha	DAX	9,6%
	França	CAC 40	8,5%
	Portugal	PSI 20	10,7%
	Espanha	IBEX 35	-7,2%
EUA		Nasdaq	8,4%
		S&P 500	-0,7%
		Dow Jones I.A.	-2,2%
Ásia	Japão	Nikkei 225	9,1%
América Latina	Brasil	Bovespa	-13,3%

Fonte: Bloomberg

No mercado cambial, o ano de 2015 foi marcado pela apreciação do dólar face à generalidade das divisas, tendo tocado o mínimo de 1,05, face ao euro. Assim, o euro

perdeu 10% para o dólar, 9% para o iene e 5% para a libra. O iene manteve-se estável face ao dólar, enquanto a moeda chinesa perdeu 5%.

Em suma, o ano de 2015 ficou marcado pela revisão em baixa das taxas de crescimento. As economias desenvolvidas apresentaram uma recuperação modesta e as economias emergentes abrandaram o seu crescimento, enfraquecendo o crescimento global.

Os desequilíbrios que persistem no mundo desenvolvido, o esgotamento dos instrumentos de política económica e, sobretudo, o fraco desempenho de algumas das maiores economias emergentes constituem os principais fatores que poderão vir a condicionar o crescimento no próximo ano.

## 1.2 Economia Portuguesa

### 1.2.1 A Economia

De acordo com os dados do Banco de Portugal, a economia portuguesa terá crescido 1,6%, em 2015, desempenho em linha com o da Zona Euro, que, para o mesmo período, cresceu 1,5%. Apesar das expectativas otimistas em relação ao PIB português no primeiro semestre de 2015, a economia portuguesa acabou por desacelerar, no terceiro trimestre. Este abrandamento foi provocado por um enfraquecimento da procura interna e das exportações.

Para os próximos anos, o Banco de Portugal prevê que a economia portuguesa continue o seu gradual processo de recuperação, apontando para um crescimento de 1,7%, para 2017 e de 1,8%, para 2018, mantendo-se em linha com as previsões de crescimento para a Zona Euro. Estes resultados serão suportados pelo contributo positivo da procura interna, embora menor do que em 2015, e pelo regresso de contributos favoráveis da procura externa líquida.

	2015p	2016p	2017p
Produto Interno Bruto	1,6	1,7	1,8
Consumo Privado	2,7	1,8	1,7
Consumo Público	0,1	0,3	0,1
Formação Bruta de Capital Fixo	4,8	4,1	6,1
Procura Interna	2,4	1,8	2,1
Exportações	5,3	3,3	5,1
Importações	7,3	3,6	5,6

Fonte: Banco de Portugal, tva, em %

Em 2015, as exportações registaram uma boa performance, essencialmente no que diz respeito a material de transporte, bens industriais e de consumo, com um crescimento

de 5,3%. O aumento das importações voltou a surpreender e o seu contributo para o crescimento do PIB deverá ser o mais negativo desde 2010, com um aumento de 7,3%.

As componentes do PIB que formam a procura interna, no seu conjunto, registaram, em 2015, uma recuperação de 4,8%, destacando-se o consumo das famílias, com um ritmo de expansão anual de 2,7%. A melhoria da situação no mercado de trabalho, a queda dos preços dos combustíveis e a diminuição das taxas de juro terão feito aumentar o rendimento disponível, o que terá contribuído favoravelmente para a evolução das expectativas dos consumidores e do consumo privado. Apesar disso, o consumo privado registou, no terceiro trimestre, uma desaceleração, devido à diminuição do consumo de bens duradouros.

O investimento tem sido uma das componentes da procura global com mais dinamismo, em 2015, tendo beneficiado, no primeiro semestre, do dinamismo do setor da construção, que inverteu os resultados de queda verificados na última década, tendo, no entanto, abrandado significativamente no terceiro trimestre devido a uma desaceleração acentuada na componente de máquinas e equipamentos. Ainda assim, o seu contributo para o PIB deverá rondar os 4,8%.

O mercado de trabalho registou, em 2015, uma trajetória surpreendentemente positiva. As expectativas, no início do ano, apontavam para uma taxa de desemprego que rondasse os 14%, no entanto, no final do segundo trimestre, a taxa atingiu os 11,9%, valor que permaneceu estável no terceiro trimestre do ano.

A inflação manteve-se em valores historicamente baixos, essencialmente, devido à queda significativa do preço do petróleo, rondando os 0,6%. O baixo crescimento dos preços favoreceu o poder de compra das famílias, mas, num cenário em que o crescimento também é fraco, pode ter efeitos negativos no comportamento dos rácios de endividamento público e privado.

Para os próximos anos, prevê-se a continuação de um ritmo de recuperação gradual, refletindo a necessidade de ajustamento adicional dos balanços dos vários agentes económicos, públicos e privados, na sequência da crise financeira internacional e da crise das dívidas soberanas da Zona Euro. Espera-se que a evolução da economia portuguesa se caracterize por um crescimento sustentado da procura interna, aliado a um crescimento robusto das exportações.

Em resumo, o ano de 2015 mostra que, apesar do ritmo moderado, a economia portuguesa continua a recuperar da severa contração observada nos últimos anos.



### 1.2.2 O Mercado Segurador

De acordo com o Relatório de evolução da Atividade Seguradora relativo ao 4º trimestre de 2015, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), no ano de 2015, a produção de seguro direto caiu 11,6% em relação ao ano de 2014, fixando-se agora nos 11,9 mil milhões de euros. No entanto e ao contrário do que aconteceu em anos anteriores, o desempenho de 2015 deveu-se a uma quebra nos resultados do ramo Vida, que perdeu 18%, face ao ano transato, enquanto a produção dos ramos Não Vida cresceu 7,7%, tendo registado a maior taxa de crescimento anual dos últimos 10 anos. Contudo, interessa referir que o crescimento registado nos ramos Não Vida deveu-se à entrada de uma empresa de seguros Não Vida no universo das empresas supervisionadas. Retirando este efeito, o crescimento dos ramos Não Vida teria sido de 3,8%.

Confirmando-se as perspetivas de recuperação para a economia portuguesa, prevê-se que, nos próximos anos, os ramos Não Vida consolidem o crescimento registado em 2015. No entanto, tendo em conta que a evolução da produção global de seguro direto é mais dependente do desempenho do ramo Vida (face ao seu peso), a evolução global poderá ser caracterizada, num futuro próximo, por uma desaceleração.

#### Evolução dos Prémios



Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

O ramo Vida representou, em 2015, 70% da produção total de seguro direto (76% em 2014), levando a uma diminuição de 1,8 mil milhões de euros na produção global. Esta evolução menos positiva justifica-se, essencialmente, pela queda da taxa de juro que tem desincentivado a contribuição para seguros de poupança, particularmente aqueles que não estão ligados a fundos de investimento.

*Dmw*

O segmento Não Vida apresentou uma evolução bastante favorável, com especial destaque para o ramo Acidentes e Doença, que cresceu 11,5%, com os Acidentes de Trabalho a crescerem 14,2%, facto para o qual terá contribuído a melhoria da atividade económica e, sobretudo, a correção de prémios, face aos riscos da modalidade.

Destaca-se, ainda, o segmento Saúde, que cresceu 10,5%, em 2015 (2,8% em 2014), como resultado do aumento do número de pessoas seguras. Este crescimento tem sido bastante consistente, ao longo dos últimos anos, apesar das condições económicas adversas.

No que se refere aos outros ramos Não Vida, a tendência foi de crescimento, com uma variação de 8,3% (o que compara com um aumento de 0,4%, no ano anterior). No entanto, este resultado deriva de dois efeitos diferenciados: enquanto os ramos Transportes e Mercadorias Transportadas diminuíram 3,3%, em 2015, os ramos Responsabilidade Civil e Restantes registaram um desempenho bastante positivo, com crescimentos de 8% e 12,8%, respetivamente.

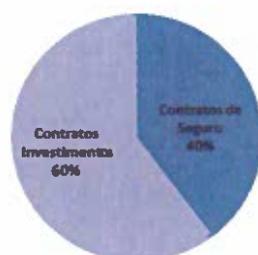
	2013	2014	2015p	Δ 15/14
<b>VIDA</b>	<b>8.991</b>	<b>10.231</b>	<b>8.407</b>	<b>-17,8%</b>
Contratos de Seguros	3.138	4.315	3.342	-22,6%
Vida Não Ligados	3.086	4.253	3.285	-22,8%
Vida Ligados	51	61	56	-8,0%
Oper Capitalização	0	0	0	-99,3%
Contratos de Investimento	5.853	5.916	5.065	-14,4%
Vida Não Ligados	4.050	3.960	2.989	-24,5%
Vida Ligados	1.799	1.949	2.054	5,4%
Oper Capitalização	4	7	22	197,1%
<b>NÃO-VIDA</b>	<b>3.285</b>	<b>3.281</b>	<b>3.535</b>	<b>7,7%</b>
Acidentes e Doença	1.081	1.102	1.229	11,5%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	446	451	515	14,2%
<i>Doença</i>	539	554	612	10,5%
<i>Acidentes (Outros)</i>	97	97	103	5,4%
Incêndio e Outros Danos	667	666	699	4,9%
Automóvel	1.258	1.236	1.307	5,8%
Restantes	278	277	300	8,3%
<b>TOTAL</b>	<b>12.275</b>	<b>13.512</b>	<b>11.942</b>	<b>-11,6%</b>

Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

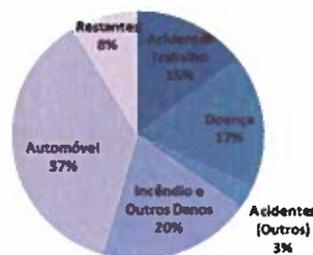
O ramo Automóvel, que constitui o maior ramo do segmento Não Vida (37%), cresceu 5,8%, mas, ao retirarmos o efeito da entrada do novo operador, a evolução terá sido de 2,1%, o que representa, mesmo assim, uma melhoria bastante positiva, quando comparado com o desempenho de 2014 (-1,7%).

De acordo com a informação disponibilizada pela Associação Portuguesa de Seguradores e Resseguradores (APS), todas as modalidades do ramo Automóvel registaram melhorias, em 2015. A modalidade Responsabilidade Civil evoluiu muito positivamente e fechou o ano, praticamente, em linha com o homólogo (quando, no final de 2014 estava a perder 2,9%). A modalidade de veículos Terrestres passou a crescer, 4,5% (-0,7%, no ano anterior), enquanto a modalidade Pessoas Transportadas duplicou a sua variação, passando de um crescimento de 1,6% para 3,3%.

Composição Prémios Vida 2015



Composição Prémios Não Vida 2015



## 2. A N SEGUROS EM 2015

Os princípios estratégicos que têm definido o posicionamento da N Seguros, S.A. (N Seguros ou Companhia) desde 2010 (*Rentabilidade, Qualidade e Eficiência*) foram prosseguidos, em 2015, com a mesma determinação e empenho de sempre, valorizando a qualidade de serviço e garantindo a satisfação e fidelização dos seus clientes, através de uma atuação responsável e transparente, assegurada por uma equipa experiente.

A aposta na melhoria contínua dos serviços da Companhia resultou na otimização de processos, no reforço da comunicação com os seus clientes, no desenvolvimento de programas e parcerias externas e no aperfeiçoamento das ferramentas comerciais, melhorando a interação com o cliente e proporcionando uma experiência mais enriquecedora e satisfatória para os seus utilizadores.

A política de gestão operacional e controlo de custos, com particular destaque para o modelo de investimentos em publicidade e marketing, tem-se revelado fundamental para o equilíbrio do modelo de negócios da Companhia e decisivo para o prosseguimento dos seus objetivos estratégicos.

Num contexto macroeconómico ainda difícil, mas com sinais claros de melhoria, em 2015, a evolução positiva da produção de seguro direto dos ramos Não Vida, transversal a todo o setor, também se fez sentir na N Seguros. Com efeito, no exercício em análise e de acordo com a informação disponibilizada pela APS, a Companhia apresentou um crescimento em linha com o setor, tendo, inclusive, reforçado o seu posicionamento no ramo Automóvel, com um crescimento acima do mercado, em 1,4 pontos percentuais.

É de salientar que os ramos e coberturas de maior contributo para a rentabilidade da empresa apresentaram crescimentos substanciais, com destaque para os segmentos Pessoas Transportadas, Acidentes e Doença, Assistência e Proteção Jurídica que, no seu conjunto, representaram, em 2015, 24,1% dos PBE - um crescimento de 18%.

O produto "N Moto", que tem tido um papel importante na diversificação da carteira da Companhia, face à rentabilidade demonstrada, apresentou um crescimento de 40,7%. Realça-se, ainda, o bom desempenho das coberturas de Danos Próprios, o qual beneficiou do crescimento das vendas no setor automóvel.

O crescimento verificado, em 2015, resultou do efeito conjugado do crescimento do número de apólices novas, cujos prémios apresentaram uma variação de 6,7%, face a 2014, e da redução do número de apólices anuladas, que apresentaram uma variação de -11,8%, nos prémios comerciais anulados.

Em sentido inverso, a redução dos prémios da cobertura de Responsabilidade Civil (tendo em conta o seu peso) teve um efeito negativo no crescimento global dos Prémios Brutos Emitidos (PBE). Apesar da recuperação do setor no ramo automóvel, voltou a sentir-se uma elevada pressão do mercado, que se traduziu, em 2015, na redução de 2,4% do prémio médio.

Não obstante o bom desempenho ao nível da receita, o exercício que agora termina foi particularmente afetado pelo aumento dos custos com sinistros do ramo Automóvel, os quais, de acordo com os dados da Associação Portuguesa de Seguradores e Resseguradores, cresceram 9,9%. Este efeito, à qual a N Seguros não se revelou imune, contribuiu negativamente para os resultados apresentados em 2015.

Complementarmente, a evolução dos resultados financeiros foi decisivamente marcada por efeitos não recorrentes e que penalizaram, substancialmente, o desempenho da Companhia, em 2015, com especial destaque para a decisão do Banco de Portugal de proceder à retransmissão de títulos de dívida sénior do Novo Banco, S.A. para o Banco Espírito Santo, S.A. As consequentes perdas por imparidade dos resultados financeiros representaram mais de 56% do resultado antes de impostos.

Desta forma, o resultado negativo verificado, em 2015, resultou, no essencial, do crescimento dos Custos com Sinistros (antes de imputação), das perdas verificadas ao nível dos resultados financeiros e do reforço de algumas provisões, nomeadamente, a Provisão para Riscos em Curso e “Outras Provisões Não Técnicas”.

Não obstante este impacto, as medidas implementadas, ao longo dos últimos anos e reforçadas em 2015, direcionadas para uma melhor seleção do risco, maior eficiência nos investimentos, uma dinâmica comercial mais eficaz e um melhor aproveitamento das sinergias de grupo, permitiram mitigar os efeitos negativos verificados no exercício que agora termina.

## 2.1. Produção

### 2.1.1. Volume de Prémios

#### 2.1.1.1. Prémios Brutos Emitidos (PBE)

Em 2015, a Companhia apresentou um crescimento global dos Prémios Brutos Emitidos de 3,6% (em linha com o mercado Não Vida), com o ramo Automóvel a crescer 2,9%, resultando numa recuperação das quebras verificadas nos dois últimos anos (-1,4%, em 2014 e -4,7%, em 2013). Este crescimento resultou do diferente contributo das várias modalidades: em responsabilidade civil (RC) os prémios tiveram uma redução de 1,3%, enquanto as modalidades de veículos terrestres e pessoas transportadas cresceram 5% e 23,8%, respetivamente.

Ainda a contribuir positivamente para a evolução dos PBE, destacam-se os ramos de Assistência e Proteção Jurídica e Acidentes e Doença, que cresceram, respetivamente, 11,8% e 85,7%.

Adicionalmente, importa referir que, em 2015, os contratos subscritos sem fracionamento apresentaram um peso importante na totalidade dos contratos novos (cerca de 33%, no ramo automóvel), resultando num maior volume de Prémios Brutos Emitidos.

<i>(Milhares de euros)</i>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Var. 15/14</b>
<b>Prémio Brutos Emitidos</b>	11.385	11.793	3,6%

## 2.1.1.2. Prémios Adquiridos e Prémios Adquiridos líquidos de resseguro

Em 2015, em resultado do aumento da atividade, a Provisão para Prémios Não Adquiridos cresceu, aproximadamente, 260 mil euros. Este aumento resultou, em parte, do efeito do crescimento dos PBE, mas, sobretudo, do aumento do número de contratos em carteira sem fracionamento ou com fracionamento semestral, os quais cresceram 11,7%, enquanto os contratos com fracionamento mensal reduziram 18,8%.

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro cresceram 0,4%, beneficiando da redução dos prémios de resseguro cedido, que, na sequência da mudança de ressegurador e da renegociação dos prémios das garantias de Assistência em Viagem e Proteção Jurídica, reduziram 7,2%, apesar do aumento do número de apólices em vigor.

<i>(Milhares de euros)</i>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Var. 15/14</b>
<b>Prémio Adquiridos</b>	11.578	11.533	-0,4%
<b>Prémio Adquiridos Líquidos de Resseguro</b>	10.291	10.335	0,4%

## 2.1.2. Nº de Apólices e Nº de Clientes

O bom desempenho na captação de novas apólices e clientes, com destaque para o ramo automóvel, que, em 31 de dezembro de 2015, apresentava 67.611 apólices em vigor, contra 63.376, em 2014, permitiu que se verificasse um crescimento importante nestes indicadores. Desta forma, em 2015, o número de apólices em vigor cresceu 5,9% e o número de clientes, 5,9%, também.

Em 2015, a N Seguros apresentou um desempenho muito positivo na captação de apólices novas, com um crescimento de 10,5%, face a 2014, assim como, uma redução do número de apólices anuladas, de 6,4%, em comparação com o ano transato. Contudo, apesar da diminuição das anulações, a pressão sentida para redução dos prémios resultou num crescimento menos expressivo do que o esperado, promovendo, ainda, a rotatividade da carteira.

	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Var. 15/14</b>
<b>Nº de Apólices em Vigor</b>	<b>65.125</b>	<b>68.989</b>	<b>5,9%</b>
<i>Automóvel</i>	63.376	67.611	6,7%
<i>Acidentes e doença</i>	1.749	1.376	-21,3%
<i>Responsabilidade Civil Geral</i>		2	-
<b>Nº de Clientes</b>	<b>63.732</b>	<b>67.505</b>	<b>5,9%</b>

### 2.1.3. Quota de Mercado

Em 2015, a quota de mercado da N Seguros manteve-se estável no conjunto dos ramos Não Vida, apresentando um ligeiro crescimento no ramo Automóvel.

	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Var. 15/14</b>
<b>Quota de Mercado Não Vida</b>	0,31%	0,31%	-
<b>Quota de Mercado Ramo Automóvel</b>	0,72%	0,73%	0,01%

Considerando apenas o universo das seguradoras de canais diretos, em comparação com o exercício de 2014, a quota de mercado da N Seguros apresentou um pequeno crescimento, de 0,9%, fixando-se acima dos 12%.

	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Var. 15/14</b>
<b>Quota de Mercado Ramo Automóvel (Canal Direto)*</b>	11,95%	12,06%	0,9%

\* Considerando os valores da Via Directa, Axa Global Direct, Seguros Lago e N Seguros.

## 2.2. Sinistralidade

### 2.2.1. Taxa de Sinistralidade

De acordo com os dados da Associação Portuguesa de Seguradores e Resseguradores, em 2015, os Custos com Sinistros (CCS) dos ramos Não Vida cresceram 3%, enquanto o ramo Automóvel apresentou uma variação de 9,9%.

Na N Seguros, para o ano em referência, apesar da taxa de sinistralidade ter reduzido 0,4 pontos percentuais - 67%, em 2014, para 66,6%, em 2015, o valor dos CCS cresceu 3% nos ramos Não Vida (em linha com o mercado) e 2,4% no ramo Automóvel.

A variação dos CCS do ramo Automóvel foi significativamente inferior ao verificado no mercado (-7,5 pp.). Esta diferença resultou da manutenção de uma política de rigor na seleção de risco e de uma política de aceitação mais restritiva do que a verificada em 2014, permitindo conter a evolução da sinistralidade da Companhia e, conseqüentemente, mitigando o seu impacto, não obstante o crescimento dos prémios, neste ramo, ter sido superior ao mercado.

No que se refere aos custos imputados aos resseguradores, em 2014, estes ascenderam a 367 mil euros de CCS, enquanto, em 2015, esse valor foi de, aproximadamente, 91 mil euros. Considerando a parte correspondente à responsabilidade dos resseguradores, as taxas de sinistralidade de 2014 e 2015 situar-se-iam nos 63,8% e nos 65,8%, respetivamente.

	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Var. 15/14</b>
<b>Taxa de Sinistralidade</b>	67,0%	66,6%	-0,4%

*(Custo com Sinistros/Premios Brutos Emitidos)*

*O cálculo da taxa de sinistralidade não inclui a imputação dos gastos gerais à função de sinistros*

*O cálculo da taxa de sinistralidade não inclui as responsabilidades dos resseguradores*

### 2.2.2. Sinistros em curso, abertos e encerrados

No que se refere ao número de processos abertos, em curso e encerrados, em 2015, verificou-se uma aumento de, aproximadamente, 5,8%, nos processos abertos e 4,9%, nos processos encerrados, resultando num aumento de 3,6% dos processos em curso.

	<b>2014 (Qt.)</b>	<b>2015 (Qt.)</b>	<b>Var. 15/14</b>
<b>Sinistros Abertos</b>	11.960	12.653	5,8%
<b>Sinistros em Curso</b>	3.011	3.120	3,6%
<b>Sinistros Encerrados</b>	11.881	12.465	4,9%

### 2.2.3. Taxa de Encerramento

No que respeita à taxa de encerramento, em 2015, este indicador situou-se ligeiramente abaixo dos cem por cento (98,5%).

	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Var. 15/14</b>
<b>Taxa de Encerramento</b>	99,3%	98,5%	-0,8%
<i>(n.º processos encerrados/n.º processos abertos)</i>			

## 2.3. Resseguro

O resultado do resseguro cedido foi, em 2015, favorável aos resseguradores, apresentando um saldo de 1.107 milhares de euros. A maioria dos prémios diz respeito

às garantias contratadas no âmbito de Assistência em Viagem e Proteção Jurídica. Os correspondentes custos com sinistros são suportados, diretamente, pelo ressegurador.

O rácio de cedência bruto foi de 10,1% (-1,1pp., face a 2014). Em comparação com o ano transato, os prémios de resseguro diminuiram 7,2%.

<i>(Milhares de euros)</i>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Var. 15/14</b>
<b>Prémios</b>	1.278	1.186	-7,2%
<b>Provisões para prémios não adquiridos</b>	9	12	33,0%
<b>Custos com Sinistros</b>	367	91	-75,2%
<b>Resultado</b>	920	1.107	20,3%

Apresenta-se, de seguida, o painel de resseguradores de suporte ao programa de resseguro de 2015 (tratado automóvel), o qual manteve um excelente nível de *rating*:

<b>RESSEGURADORES</b>	<b>S&amp;P</b>	<b>AM Best</b>
<i>SWISS RE (leader)</i>	AA-	
<i>MUNCHENER RUCK</i>	AA-	
<i>PARTNER RE</i>	A+	
<i>SCOR</i>	A+	
<i>MAPFRE RE</i>		A
<i>R+V VERSICHERUNGS</i>	AA-	
<i>ODYSSEY RE</i>		A
<i>NACIONAL REASEGUROS, SA</i>	A-	
<i>ASSURANCE MUTUELLES DE FRANCE</i>		A
<i>RNA – SEGUROS DE ASSISTÊNCIA, S.A.</i>	NR	NR

Destaca-se, ainda, o importante papel desempenhado pela Companhia *RNA – Seguros de Assistência, S.A.*, no domínio da assistência em viagem.

## 2.4. Análise Financeira

### 2.4.1. Resultado Antes de Impostos e Resultado Líquido

Após três anos consecutivos de resultados líquidos positivos (cerca de 2,3 milhões de euros, entre 2012 e 2014), no ano de 2015, a N Seguros apresentou um resultado

negativo, antes de impostos, de 1.202 milhares de euros, com o resultado líquido a situar-se nos -1.208 milhares de euros. Os capitais próprios reduziram-se, assim, para 7,78 milhões de euros.

<i>(Milhares de euros)</i>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Var. 15/14</b>
<b>Resultado Antes do Imposto</b>	401	-1.202	-
<b>Resultado Líquido</b>	302	-1.208	-
<b>Capitais Próprios</b>	9.484	7.780	-18%

Este resultado reflete o já citado aumento dos custos com sinistros (antes de imputação), mas sobretudo o reforço das provisões técnicas e não técnicas e, em particular, o contributo atípico dos resultados financeiros.

#### 2.4.2. Resultado Operacional

O resultado operacional fixou-se nos 2,6 milhões de euros, inferior em 577 mil euros ao do ano anterior.

O aumento dos custos com sinistros e a variação das provisões técnicas estão refletidas no quadro abaixo, onde se evidencia o seu efeito sobre o resultado operacional, ainda que mitigado pela redução dos encargos com o resseguro cedido e dos custos de aquisição diferidos.

<i>(Milhares de euros)</i>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Var. 15/14</b>
<b>Prémios Adquiridos</b>	11.578	11.533	-0,4%
<b>Custos com Sinistros (sem imputação e líquido de resseguro)</b>	-7.261	-7.762	6,9%
<b>Outras Provisões Técnicas</b>	153	-160	-204,6%
<b>Resseguro</b>	-1.287	-1.198	-6,9%
<b>Custos de Aquisição Diferidos (var.)</b>	-7	187	-
<b>Resultado Operacional</b>	<b>3.177</b>	<b>2.600</b>	<b>-18,2%</b>

#### 2.4.3. Despesas Gerais

No exercício de 2015, as despesas gerais da Companhia situaram-se um pouco acima dos 3,7 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de, aproximadamente, 0,4%, face ao exercício anterior (cerca de 15 mil euros).

Ao nível dos Custos com Pessoal, assistimos a um aumento de 4,3% (aproximadamente 61 mil euros), determinado pelo aumento médio do número de colaboradores ao longo

do exercício de 2015. Contudo, este valor foi compensado pela redução de 14,7% (aproximadamente 78 mil euros) verificada na rubrica "Outros", no essencial, devido à ausência de custos relacionados com juros de passivos subordinados, que, em 2014, ainda representaram, cerca de 62 mil euros. Os restantes custos mantiveram-se estáveis ao longo do exercício, apresentando variações pequenas, à exceção dos custos de informática (manutenção, aluguer e *outsourcing*), que cresceram 43% (cerca de 72 mil euros), face a 2014.

<i>(Milhares de euros)</i>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Var. 15/14</b>
<b>Custos com Pessoal</b>	1.422,8	1.483,7	4,3%
<b>Conservação e Reparação</b>	9,3	7,6	-18,3%
<b>Rendas e Alugueres</b>	168,2	196,3	16,7%
<b>Comunicação</b>	219,4	223,0	1,6%
<b>Serviços Contratados</b>	325,4	340,0	4,5%
<b>Despesas de Representação</b>	3,8	3,6	-5,3%
<b>Seguros</b>	6,4	6,9	7,8%
<b>Publicidade e Propaganda</b>	762,2	760,1	-0,3%
<b>Reintegrações/Amortizações</b>	267,0	256,2	-4,0%
<b>Outros</b>	532,3	454,2	-14,7%
	<b>3.716,90</b>	<b>3.731,77</b>	<b>0,4%</b>

#### 2.4.4. Investimentos

O valor da carteira de investimentos da N Seguros registou, em 2015, um montante de, aproximadamente, 17,4 milhões de euros, dos quais mais de 64% estão alocados a obrigações e cerca de 25% a dívida pública portuguesa.

<i>(Milhares de euros)</i>	<b>2014</b>		<b>2015</b>	
	<i>Euros</i>	<i>%</i>	<i>Euros</i>	<i>%</i>
<b>Títulos Dívida Pública</b>	1.201	6,43%	4.323	25,89%
<b>Fundos de Investimento</b>	381	2,04%	660	3,95%
<b>Obrigações Diversas</b>	16.839	90,15%	10.462	62,65%
<b>Ações</b>	0	0,00%	0	0,00%
<b>Liquidez (depósitos prazo/ordem)</b>	258	1,38%	1.256	7,52%
<b>Total</b>	18.678	100,00%	16.700	100,00%

A redução no valor total dos investimentos resultou de necessidades de tesouraria e dos custos associados ao novo sistema informático (Programa Viriato).

#### 2.4.5. Garantias Financeiras – Margem de Solvência

As responsabilidades da N Seguros encontravam-se, à data de 31.12.2015, devidamente representadas, sendo a taxa de cobertura da margem de solvência de 205,73%.

#### 2.4.6. Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f) do número cinco do artigo 66º do Código das Sociedades, propõe-se que o resultado do exercício de 2015, registando um prejuízo no montante de 1.208.090,57 euros, seja aplicado à rubrica de Resultados Transitados.

## 2.5. Posicionamento e Imagem

### 2.5.1. Posicionamento

Em 2015, a N Seguros manteve as premissas estratégicas que permitiram, ao longo dos últimos anos, rentabilizar os seus investimentos na área de marketing e comunicação.

A eficácia do modelo implementado, assente na segmentação de produtos e clientes, no *cross* e no *up-selling* e no reforço de parcerias estratégicas, tem garantido crescimentos regulares na captação de novos contratos e clientes, resultando, em 2015, na subscrição de, aproximadamente, 33 mil contratos novos - um crescimento superior a 10%, face a 2014. Salienta-se, ainda, os desempenhos interessantes nos ramos Pessoas Transportadas e Acidentes e Doença, impulsionados pelo lançamento de ações internas e parcerias externas para a comercialização destes ramos.

Apesar do destaque atribuído aos investimentos realizados nos canais digitais, com uma presença regular e diversificada nos diversos meios *on-line*, a N Seguros tem procurado manter algumas iniciativas presenciais, através da dinamização de parcerias com diversas entidades. Neste domínio, voltamos a destacar a realização de ações conjuntas com parceiros diversos que resultam em benefícios diretos para os clientes, potenciais clientes e parceiros da N Seguros.

### 2.5.2. Comunicação Promocional

Assente, preferencialmente, nos canais digitais, o modelo de comunicação promocional da N Seguros tem permitido estabelecer uma interação regular com os seus clientes e potenciais clientes, ao mesmo tempo que tem vindo a aumentar os níveis de eficiência dos meios utilizados. Assim, com base nos canais de distribuição que suportam a sua atividade, a N Seguros tem realizado campanhas promocionais regulares, que permitem uma permanente avaliação dos meios e conteúdos, estreitando, simultaneamente, a comunicação com os segmentos-alvo preferenciais. Os meios de comunicação mais utilizados foram o “Search”, o “Display”, os “Afiliados” e as Redes Sociais. Em 2015, foi dado particular destaque à comunicação com os clientes em carteira, através da criação de uma Newsletter institucional e de ações regulares de *e-mail marketing*.

No âmbito das Redes Sociais, manteve-se uma presença forte no *Facebook*, através das iniciativas realizadas na sua página institucional. Este canal, para além de representar uma ferramenta cada vez mais eficaz na captação de novos clientes é, também, um importante canal de promoção da imagem e da notoriedade da Companhia.

### 2.5.4. Investimentos Operacionais e de Marketing

Tal como em anos anteriores, a evolução equilibrada dos investimentos operacionais e de marketing foi crítica para uma maior eficiência da atividade da N Seguros e para garantir a melhoria contínua dos serviços de apoio ao cliente, quer por via tecnológica, quer através de ações e iniciativas de otimizações de processos e procedimentos.

## 2.6. Principais Projetos Desenvolvidos em 2015

Os principais projetos desenvolvidos em 2015 resultaram do plano estratégico, o qual procura garantir a sustentabilidade da N Seguros, através da eficiência operacional, do rigor técnico, do controlo de custos, da eficácia comercial e da consequente rentabilidade.

### 2.6.1. Novo Sistema Integrado de Gestão de Seguros (Programa Viriato)

O novo Sistema Integrado de Gestão de Seguros (Sistema) tem como objetivo responder às necessidades estratégicas da N Seguros, contribuindo, assim, para aumentar os seus níveis de rentabilidade, qualidade e eficiência.

Mais do que uma ferramenta tecnológica, o novo Sistema deverá ser entendido como um instrumento de desenvolvimento organizacional, que permitirá a adoção de novos

processos, novas abordagens ao negócio, maior eficácia e alguma diferenciação face ao mercado. Procurar-se-á maximizar o desempenho, através do aumento da produtividade e eficiência organizacionais, assim como, da qualidade de serviço. A garantia de melhoria dos rácios operacionais resultará da eliminação de desperdícios e da sobreposição e repetição de tarefas.

O novo Sistema deverá garantir, ainda, uma maior flexibilidade na criação, alteração e gestão dos produtos da N Seguros, assim como, nas campanhas e noutras ferramentas comerciais e de distribuição. A maior rapidez e flexibilidade no desenvolvimento e lançamento de novos produtos e na alteração dos produtos já existentes deverão ter um impacto positivo na capacidade de angariação de novos clientes, promoção do cross-selling e retenção dos clientes atuais, com reflexos diretos no volume de prémios da Companhia e na sua rentabilidade.

O novo Sistema deverá contribuir, ainda, para processos de negócio mais ágeis, flexíveis e simples e, conseqüentemente, permitirá um maior foco nos clientes, bem como, um posicionamento mais competitivo, diferenciador e com menos riscos operacionais.

#### 2.6.2. Site da N Seguros – Novos Desenvolvimentos

Dando continuidade aos projetos de melhoria contínua do sítio da internet da N Seguros ([www.nseguros.pt](http://www.nseguros.pt)), nomeadamente, ao nível da sua área de negócios (plataforma de simulação e subscrição), o lançamento do novo produto destinado a ciclistas amadores (N Bike) já contou com a utilização de tecnologia *Responsive Web Design*, permitindo, assim, uma utilização mais adequada aos dispositivos móveis e garantindo uma navegação mais rápida, simples e intuitiva, bem como, uma melhor experiência global para os utilizadores. Esta nova tecnologia permitirá melhorar as taxas de concretização e reduzir o abandono ao longo das várias etapas do processo de subscrição. Em 2016, prevê-se a adoção integral desta tecnologia em todas as plataformas de simulação e subscrição dos vários produtos da N Seguros.

#### 2.6.3. Programas de Fidelização e Captação de Clientes

Em 2015, deu-se continuidade ao programa *N Prestige*, com novos benefícios para os clientes da N Seguros, nomeadamente, através dos serviços dos *Anjos da Noite*, os quais asseguraram o envio de médicos, enfermeiros e técnicos de análise clínicas ao domicílio dos clientes utilizadores. Esta iniciativa teve como objetivo fortalecer a relação dos clientes com a Companhia e aumentar os seus níveis de fidelização.

Ainda com o intuito de diminuir os níveis de rotatividade da carteira e potenciar a captação de novos clientes por indicação/recomendação de clientes atuais, em 2015, foi criado um programa *member get member*, em parceria com a Odisseias. Este programa,

suportado por uma plataforma própria, garante uma interação mais regular e uma comunicação mais eficaz com os clientes da Companhia, permitindo que estes atuem como “embaixadores” da N Seguros. A mecânica do programa assenta num modelo de acumulação de “pontos”, que podem ser trocados por prémios e por experiências da Odisseias, através da plataforma criada para o efeito.

#### 2.6.4. Gestão de Riscos (Solvência II)

Em 2015, foi publicada a Lei 147/2015 de 9 de setembro (relativa ao RJASR – Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora), que transpõe para a legislação nacional a Diretiva Europeia relativa ao regime Solvência II.

Dando seguimento aos trabalhos iniciados no ano anterior, que visam cumprir com as exigências ao nível do capital de solvência, do sistema de governação, da autoavaliação de riscos, da divulgação pública e do suporte de supervisão, a N Seguros tem vindo a realizar (em estreita colaboração com o seu acionista) os desenvolvimentos necessários para a completa instalação e adaptação à Companhia de uma nova aplicação informática especializada, que, durante o ano de 2016, irá permitir o cumprimento dos objetivos definidos no âmbito do novo quadro jurídico, nomeadamente, ao nível da Gestão dos Riscos, do ponto de vista prospetivo e estratégico.

#### 2.6.5. Gestão de Protocolos e Grupos de Afinidades

O programa de gestão de protocolos tem como principais objetivos: 1) promover uma gestão mais adequada dos contratos firmados por esta via; 2) criar uma maior proximidade com as diferentes entidades e 3) aumentar o número de protocolos em carteira, com o respetivo aumento do número de seguros subscritos. Estes objetivos têm vindo a evoluir de forma bastante favorável, com crescimentos interessantes e um nível de rentabilidade francamente positivo. Assim, em 2015, assistimos a um crescimento de 217% no número de apólices captadas e de 340% no nível dos Prémios Brutos Emitidos.

Ao longo do exercício, foram firmados diversos protocolos, cuja dinamização permitiu que o programa ganhasse maior relevância no seio da estratégia comercial da Companhia, com especial destaque para a qualidade do risco subscrito, com a taxa de sinistralidade a fixar-se nos 46%.

## 2.7. Recursos Humanos

### 2.7.1. Quadro de Pessoal

A valorização dos colaboradores, a manutenção de elevados níveis de motivação e o desenvolvimento de competências têm sido preocupações centrais na gestão da Companhia. A promoção de um clima de bem-estar, o envolvimento dos trabalhadores com a empresa e a sua participação ativa têm sido ferramentas importantes na gestão de expectativas, satisfação e estabilidade da estrutura de recursos humanos, resultando em baixos níveis de rotatividade e ganhos de produtividade.

O quadro de pessoal da N Seguros, no final de 2015, era composto por 62 colaboradores, dos quais 46 têm vínculo por tempo indeterminado, 2 estão cedidos temporariamente pela Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., 12 apresentam vínculo a termo certo, 1 tem vínculo a termo incerto e 1 tem contrato de estágio.

	2014		2015	
	Qt.	%	Qt.	%
<b>N.º Colaboradores</b>	<b>68</b>	<b>100%</b>	<b>62</b>	<b>100%</b>
<i>Direção</i>	1	1%	1	2%
<i>Área Operacional</i>	48	71%	42	68%
<i>Área Técnica</i>	16	24%	15	24%
<i>Área Mercado</i>	3	4%	4	6%
<i>Prémios / Colaboradores (m€)</i>	167€		190€	
<i>Nº Apólices / Colaborador (nº apólices)</i>	958		1.113	

A externalização de algumas ações comerciais resultou na diminuição do quadro de pessoal.

### 3. PERSPETIVAS 2016

#### 3.1 A Atividade Seguradora

Tendo em conta a elevada correlação entre a evolução da atividade económica e o desempenho da atividade seguradora, sobretudo no que diz respeito ao ramo Não Vida, 2016 poderá ser um ano de consolidação do crescimento, ainda que gradual.

#### 3.2 A N Seguros

Tendo em conta a conjuntura socioeconómica dos últimos anos, a qual tem apresentado obstáculos e desafios particularmente difíceis de ultrapassar, a N Seguros tem procurado garantir a sua sustentabilidade, através de políticas assentes no rigor técnico e operacional, com particular destaque para a seleção do risco e o controlo de custos, assim como, em investimentos de Marketing e Comunicação que têm assegurado elevados níveis de eficácia e uma relação custo/benefício muito equilibrada. Um serviço transparente e de qualidade tem garantido elevados níveis de satisfação dos nossos clientes.

Atendendo à perspetiva de melhoria do quadro macroeconómico e dos respetivos efeitos na atividade seguradora, à manutenção de uma política de rigor direcionada para a rentabilidade e ao carácter excecional da maioria dos efeitos negativos verificados em 2015, prevê-se que, em 2016, surjam novas oportunidades, que permitam que a N Seguros volte a apresentar resultados positivos, retomando e consolidando a trajetória de rentabilidade percorrida nos últimos anos, garantindo, assim, uma evolução mais sólida da sua operação.

O desenvolvimento de novas parcerias e áreas de negócio (com a entrada em novos ramos de atividade) assumirá um papel cada vez mais importante na distribuição e diversificação da oferta da Companhia. A aposta na segmentação de produtos, na inovação tecnológica e na racionalização dos meios de comunicação (com forte destaque para os canais digitais) continuará a assumir um papel central no plano estratégico da N Seguros, procurando-se, desta forma, fortalecer a sua posição no mercado.

A diversificação da carteira da Companhia, aliada à dedicação e profissionalismo das suas equipas, serão fortes contributos para garantir um bom desempenho nos próximos anos.



#### **4. DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL E AO ESTADO**

Nos termos do disposto no art. 2º, do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro e do art. 21º, do Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, indica-se que, à data de 31/12/2015, não existiam quaisquer dívidas ao Sector Público Estatal cujo pagamento esteja em mora, nem dívidas à Segurança Social.

#### **5. OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA COMPANHIA EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS**

A Companhia mantém a sua política neste domínio.

Os investimentos da N Seguros S.A. procuraram ter em conta o tipo de operações que a Empresa realiza, de forma a garantir critérios de rendibilidade, liquidez e segurança, com observância dos princípios de diversificação e dispersão dos riscos.

A política de investimento, em 2015, foi definida pelo Conselho de Administração da N Seguros, o qual teve em atenção a situação do mercado de capitais, tendo optado por uma gestão prudente, onde a segurança e liquidez dos investimentos prevaleceu. Por esta razão, a utilização de produtos derivados, sendo permitida na medida em que contribua para uma gestão eficaz da carteira e para a redução do risco de taxa de juro e/ou cambial, não foi utilizada.

#### **6. AÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

De acordo com o n.º 5, do art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, confirma-se que nenhum dos membros dos Órgãos Sociais detinha qualquer ação na N Seguros, S.A., em 31.12.2015.



## Participação de Acionistas

De acordo com o n.º 4, do art. 448 do Código das Sociedades, informa-se que a LUSITANIA, Companhia de Seguros, S.A. detém 100% das ações da N Seguros, S.A.

## 7. DISPOSIÇÕES FINAIS

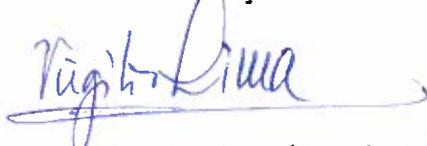
### Reconhecimento

O Conselho de Administração entende ser seu dever expressar o seu reconhecimento e agradecimento público às seguintes entidades:

- ✓ Aos Clientes, pela preferência com que distinguiram a Companhia;
- ✓ Ao Acionista, pelo relevante apoio e confiança sempre demonstrados;
- ✓ Aos membros da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas, pelo apoio e acompanhamento realizados;
- ✓ À Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, pela atenção com que acompanha o desenvolvimento da Companhia;
- ✓ À Associação Portuguesa de Seguradores e Resseguradores;
- ✓ Aos parceiros que acompanham e apoiam o esforço de desenvolvimento da Companhia;
- ✓ A todos os Colaboradores, pelo seu empenhamento e dedicação.

Lisboa, 11 de março de 2016

### O Conselho de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima (Presidente)

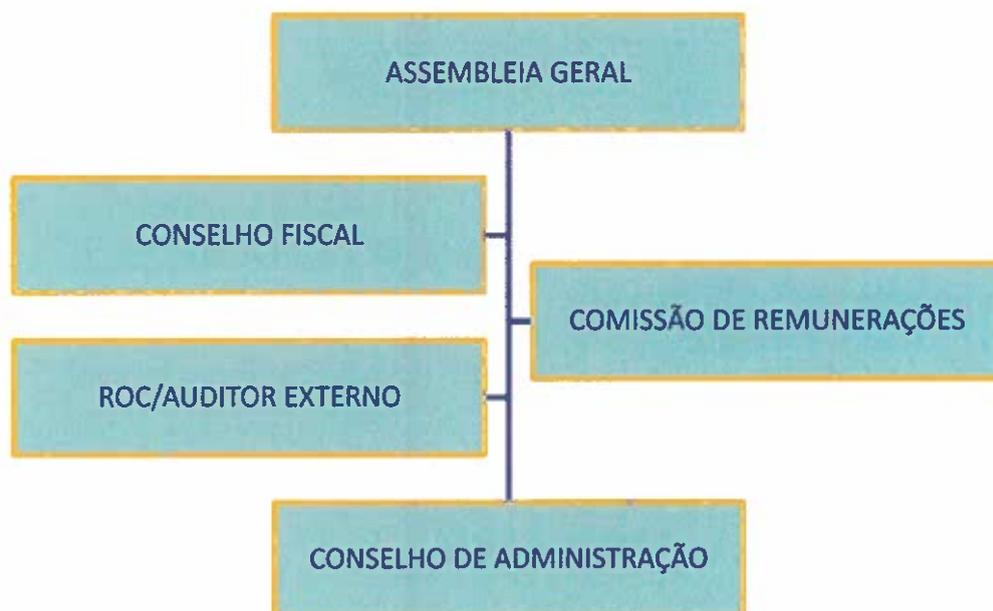


António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo (Vogal)



## ANEXO 1. RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

### 1. Estrutura do Governo



Nos termos estatutários, a gestão da Companhia é assegurada por um Conselho de Administração, composto por dois a quinze membros eleitos trienalmente, sendo permitida a sua reeleição.

Atualmente, o Conselho de Administração eleito para o triênio 2013/2015 é composto por dois Administradores – um Presidente do Conselho de Administração e um Administrador.

Compete ao Conselho de Administração gerir os negócios da Companhia com os mais amplos poderes. A Fiscalização dos atos de administração é exercida por um Conselho Fiscal, composto por três membros eleitos trienalmente em Assembleia Geral, podendo ser reeleitos.

## 2. Identificação e Composição dos Órgão Sociais

### Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Vitor José Melícias Lopes
Secretário	Carla Fernanda dos Santos Cadilhe

### Conselho de Administração

Presidente	Virgílio Manuel Boavista Lima
Administrador	António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo

### Conselho Fiscal

Presidente	José Augusto Perestrello Alarcão Troni
Vogal	António Pedro de Sá Alves Sameiro
Vogal	Armindo Marques Matias
Vogal Suplente	Manuel Quelhas Gomes

### Revisor Oficial de Contas

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

## 3. Qualificação Profissional dos membros do Conselho de Administração e atividade exercida nos últimos anos

### Virgílio Manuel Boavista Lima, Presidente do Conselho de Administração

Qualificação Profissional: Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) e Mestre em Gestão, pelo mesmo Instituto.

Atividade nos últimos anos:

- Presidente do Conselho de Administração da N Seguros, SA, desde 2010;
- Administrador do Montepio Geral, Associação Mutualista, desde janeiro de 2016;
- Administrador do Montepio Seguros, SGPS, S.A., desde 2013;
- Administrador da LUSITANIA, Companhia de Seguros, SA, entre 2008 e 2015;
- Administrador da SILVIP, Sociedade Gestora de Fundos e Investimentos Prediais, SA;
- Administrador da *Société d'Investissement à Capitale Variable PVCI – Portugal Venture Capital Initiative*;
- Administrador da Caixa Económica de Cabo Verde;
- Administrador da “MG Fundos – Sociedade Gestora de Fundos”;
- Administrador da “MG Patrimónios – Sociedade Gestora de Patrimónios”;
- Membro do Conselho Geral do Montepio Geral e da Fundação Montepio Geral.

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo

Qualificação Profissional: Frequência do 4º ano do curso de Engenharia Eletrotécnica do Instituto Superior Técnico

Atividade nos últimos anos:

- Administrador da N Seguros, S.A. desde 2011;
- Assessor da Comissão Executiva da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. entre 2013 e 2014;
- Diretor Coordenador da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. entre 2005 e 2015;
- Diretor de Serviços da Lusitania Companhia de Seguros entre 1992 e 2005;
- Diretor Geral Adjunto da Pearl Portugal, Companhia de Seguros de 1987 a 1992.

#### **4. Política de Remuneração**

A Comissão de Remunerações, eleita em Assembleia Geral, determina a remuneração dos órgãos sociais da Companhia.

Nos termos da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, a Comissão de Remunerações submete, anualmente, à aprovação da Assembleia Geral, uma declaração contendo a política de remuneração dos órgãos sociais.

As remunerações dos órgãos sociais da N Seguros, S.A. foram aprovadas na Assembleia Geral de 30 de Março de 2015.

O Presidente do Conselho de Administração, Virgílio Manuel Boavista Lima não auferirá qualquer remuneração fixa e regular, nem lhe é atribuível qualquer componente de remuneração variável pelo exercício do cargo.

O Administrador, António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo auferirá uma remuneração fixa, mensal, de 1.200 euros.

Em matéria de Remunerações não existe recurso a consultores externos.

A proposta da política de remunerações para 2015, elaborada nos termos do estabelecido na circular da ASF n.º 6/2010, de 1 de Abril, tal como será apresentada à Assembleia de 31 de Março de 2016, consta do anexo ao relatório.



## 5. Composição da Comissão de Remunerações

A Comissão de Remunerações eleita, para o triénio 2013/2015, foi composta por:

Presidente	Vitor José Melícias Lopes
Vogal	Fernando Dias Nogueira
Vogal	Maria Manuela Traquina Rodrigues

## 6. Remunerações Auferidas pelos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (nos termos do art. 2º, da Lei n.º 28/2009)

### a. Agregado

Conselho de Administração – 4.492,51 euros

Conselho Fiscal – 11.000 euros

### b. Individual

#### Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima: 0 euros

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo: 4.492,51 euros

#### Conselho Fiscal

José Augusto Perestrello Alarcão Troni: 4.000 euros

António Pedro de Sá Alves Sameiro: 3.500 euros

Armando Marques Matias: 3.500 euros

## 7. Remunerações do Auditor/Revisor Oficial de Contas

O valor faturado pelos auditores externos/revisor oficial de contas, KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., ascendeu, em 2015, a 53.007 euros (com IVA à taxa legal em vigor) e compreende os trabalhos relacionados com a Auditoria Externa e com a emissão da Certificação Legal de Contas.

N. SEGUROS, S.A.  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
ATIVO

(valores em euros)

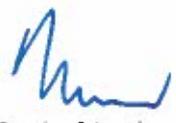
Notas do Anexo	BALANÇO	Exercício 31/12/15		Exercício 31/12/14	
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos		Valor líquido
	<b>ATIVO</b>				
15: 25	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	730.924	-	730.924	257.506
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-
	Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.448	-	1.448	588
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
16: 25	Ativos disponíveis para venda	11.649.039	-	11.649.039	6.566.585
17: 25	Empréstimos e contas a receber	524.606	-	524.606	-
	Depósitos junto de empresas cedentes	-	-	-	-
	Outros depósitos	524.606	-	524.606	-
	Empréstimos concedidos	-	-	-	-
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
18: 25	Investimentos a det. até à maturidade	3.793.915	-	3.793.915	11.852.565
	Terrenos e edifícios	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-
19: 25	Outros ativos tangíveis	2.127.114	1.774.233	352.880	570.559
	Inventários	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-
20: 25	Outros ativos intangíveis	782.514	469.481	313.034	-
	Provisões técnicas de resseguro cedido	799.906	-	799.906	721.218
21: 25	Provisão para prémios não adquiridos	341.973	-	341.973	354.236
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-
	Provisão para sinistros	457.933	-	457.933	366.982
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
22: 25	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2.814.988	21.053	2.793.935	2.677.004
	Contas a receber por operações de seguro direto	1.795.820	10.385	1.785.435	1.691.143
	Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-
	Contas a receber por outras operações	1.019.168	10.668	1.008.500	985.861
23: 25	Ativos por impostos	340.291	-	340.291	276.537
	Ativos por impostos correntes	9.360	-	9.360	19.281
	Ativos por impostos diferidos	330.930	-	330.930	257.257
24: 25	Acréscimos e diferimentos	28.619	-	28.619	18.145
	Outros elementos do ativo	-	-	-	-
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>23.593.363</b>	<b>2.264.767</b>	<b>21.328.596</b>	<b>22.941.708</b>

Contabilista Certificado

  
Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração

  
Virgílio Manuel Boavista Lima

  
António Paulo Gonçalves Raimundo



**N SEGUROS, S.A.**  
**BALANÇO**  
**PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Valores em euros)

Notas do Anexo	BALANÇO	Exercício 31/12/15	Exercício 31/12/14
	<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		
	<b>PASSIVO</b>		
	Provisões técnicas	10.972.484	11.066.245
21	Provisão para prémios não adquiridos	2.830.605	2.756.975
	Provisão matemática do ramo vida	-	-
	Provisão para sinistros	7.752.489	8.081.059
	De vida	-	-
	De acidentes de trabalho	-	-
21	De outros ramos	7.752.489	8.081.059
	Provisão para participação nos resultados	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	-	-
21	Provisão para riscos em curso	389.389	228.210
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
	Outros passivos financeiros	-	-
	Dervados de cobertura	-	-
26	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	-	-
	Outros	-	-
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-
27	Outros credores por operações de seguros e outras operações	178.067	320.923
	Contas a pagar por operações de seguro direto	4.193	7.484
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	104.864	213.015
	Contas a pagar por outras operações	69.010	100.424
23	Passivos por impostos	233.022	231.518
	Passivos por impostos correntes	233.022	231.518
	Passivos por impostos diferidos	-	-
24	Acréscimos e diferimentos	1.975.148	1.839.112
	Outras Provisões	190.125	-
	Outros Passivos	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>13.548.846</b>	<b>13.457.798</b>
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
28, 31	Capital	7.500.000	7.500.000
	Outros instrumentos de capital	-	-
28, 31	Reservas de reavaliação	(297.799)	(8.422)
28, 31	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	(297.799)	(8.422)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de ativos intangíveis	-	-
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
	Reserva por impostos diferidos	67.005	1.769
	Outras reservas	1.718.634	1.688.420
28, 31	Resultados transitados	-	-
28, 31	Resultado do exercício	(1.208.091)	302.143
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>7.779.749</b>	<b>9.483.910</b>
	<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>21.328.596</b>	<b>22.941.708</b>

Contabilista Certificado



Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima



António Paulo Gonçalves Raimundo



N SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

(valores em euros)

	Rubricas	2015			2014
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	10.334.695	-	10.334.695	10.291.062
5	Prémios brutos emitidos	11.793.025	-	11.793.025	11.384.898
5	Prémios de resseguro cedido	1.185.693	-	1.185.693	1.278.017
5	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	260.374	-	260.374	(193.059)
5	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(12.263)	-	(12.263)	(8.877)
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	8.568.449	-	8.568.449	8.640.302
6, 21	Montantes pagos	8.993.318	-	8.993.318	9.294.748
	Montantes brutos	8.993.318	-	8.993.318	9.294.748
	Parte dos resseguradores	-	-	-	-
	Provisão para sinistros (variação)	(424.869)	-	(424.869)	(654.445)
6, 21	Montante bruto	(333.918)	-	(333.918)	(287.463)
	Parte dos resseguradores	90.951	-	90.951	366.982
7, 21	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	161.179	-	161.179	(152.744)
	Custos e gastos de exploração líquidos	2.605.896	-	2.605.896	2.195.842
8	Custos de aquisição	2.268.476	-	2.268.476	1.710.421
8	Custos de aquisição diferidos (variação)	(186.744)	-	(186.744)	6.721
8	Gastos administrativos	524.163	-	524.163	478.700
	Rendimentos	732.495	-	732.495	790.926
9	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	731.238	-	731.238	790.571
9	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
9	Outros	1.257	-	1.257	356
	Gastos financeiros	180.142	-	180.142	179.288
10	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	47.314	-	47.314	31.263
10	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	62.624
10	Outros	132.828	-	132.828	85.401
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	86.119	-	86.119	116.945
11	De ativos disponíveis para venda	86.119	-	86.119	116.945
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
	Ganhos líquidos ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
12	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	675.720	-	675.720	-
	De ativos disponíveis para venda	156.464	-	156.464	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	519.257	-	519.257	-
	De outros	-	-	-	-
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	-	-
13	Outras provisões (variação)	-	176.863	176.863	8.312
14	Outros rendimentos/gastos	-	12.496	12.496	72.912
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(1.038.076)	(164.367)	(1.202.442)	400.845
23	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	14.086	14.086	16.765
23	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	(8.437)	(8.437)	81.938
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.038.076)	(170.015)	(1.208.091)	307.143

Contabilista Certificado

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima

António Paulo Gonçalves Raimundo



N.SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

(valores em euros)

Notas do Anexo	Demonstração das variações do capital próprio	Capital social	Outros instrumentos de Capital	Reservas de reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
	Balancço em 31 de Dezembro de 2013	12.500.000	2.500.000	(17.102)	4.276	-	(18.644.174)	832.594	12.824.407
28	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	8.680	-	-	832.594	(832.594)	8.680
	Aplicação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-
	Aumentos/reduções de capital	(5.000.000)	(2.500.000)	-	-	1.688.420	17.811.580	-	12.000.000
23	Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	(2.507)	-	-	-	(2.507)
	Total das variações do capital próprio	(5.000.000)	(2.500.000)	8.680	(2.507)	1.688.420	18.644.174	(832.594)	12.006.173
	Resultado líquido do período	-	-	(8.422)	1.769	1.688.420	(0)	302.143	302.143
	Balancço em 31 de Dezembro de 2014	7.500.000	-	-	-	-	-	302.143	9.483.910
28	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(289.377)	-	-	302.143	(302.143)	(289.377)
	Aplicação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-
	Aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
23	Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	65.236	-	-	-	65.236
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	30.214	-	-	30.214
	Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	-	(271.929)
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	0	0	0
	Total das variações do capital próprio	-	-	(289.377)	65.236	30.214	0	(302.143)	(496.069)
	Resultado líquido do período	-	-	-	67.005	-	-	(1.208.091)	(1.208.091)
	Balancço em 31 de Dezembro de 2015	7.500.000	-	(297.799)	-	1.718.634	0	1.208.091	7.779.745

Contabilista Certificado



Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima



António Paulo Gonçalves Raimundo



N SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

Notas do Anexo		2015	2014
	<i>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>		
28	Reserva do justo valor		
	Ativos financeiros disponíveis para venda	(289.377)	8.680
23	Impostos dos ativos financeiros disponíveis para venda	65.236	(2.507)
	Total outro rendimento integral do exercício depois de impostos	(224.141)	6.173
	Resultado líquido do exercício	(1.208.091)	302.143
	Total do rendimento integral do exercício	(1.432.231)	308.317

Contabilista Certificado



Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima



António Paulo Gonçalves Raimundo



N SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

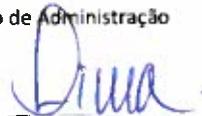
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de prémios	11.660.821	11.345.586
Pagamentos de sinistros	(8.218.384)	(7.759.023)
Pagamentos de operações de resseguro	(1.293.844)	(1.290.973)
Pagamentos a fornecedores	(2.094.142)	(1.902.731)
Pagamentos ao pessoal	(1.490.407)	(1.417.772)
Pagamentos / Recebimentos do imposto sobre o rendimento	(8.975)	(66.449)
Outros recebimentos / pagamentos relativos à actividade operacional	(179.221)	(130.629)
<b>Fluxo das actividades operacionais</b>	<b><u>(1.624.152)</u></b>	<b><u>(1.221.991)</u></b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	15.446.147	9.530.750
Investimentos financeiros - DP	579.077	614.308
Juros e proveitos similares	-	-
Dividendos	-	-
	<u>16.025.223</u>	<u>10.145.058</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(13.304.201)	(11.731.281)
Activos tangíveis	(38.490)	(55.949)
Activos intangíveis	(313.034)	-
	<u>(13.655.724)</u>	<u>(11.787.230)</u>
<b>Fluxo das actividades de investimento</b>	<b><u>2.369.499</u></b>	<b><u>(1.642.172)</u></b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	3.000.000
	-	<u>3.000.000</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	-	(62.967)
Distribuição resultados	(271.929)	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
	<u>(271.929)</u>	<u>(62.967)</u>
<b>Fluxo das actividades de financiamento</b>	<b><u>(271.929)</u></b>	<b><u>2.937.033</u></b>
Vanação de caixa e seus equivalentes	473.418	72.870
Efeitos das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	257.506	184.636
Caixa e seus equivalentes no fim do período	730.924	257.506

Contabilista Certificado



Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima



António Paulo Gonçalves Raimundo



**Notas explicativas integrantes das Demonstrações Financeiras**

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

**1. Informação Geral**

Tendo obtido autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões (ASF) para explorar os ramos Não Vida a 13 de Dezembro de 2007, a N Seguros, S.A. (“N Seguros”, “Companhia” ou “Seguradora”) foi constituída a 28 de Dezembro de 2007 e iniciou a sua atividade a 1 de Fevereiro de 2008, através da exploração do ramo Automóvel por via de canais diretos, nomeadamente, por telefone e internet. Até 2011, a sua atividade incidiu, exclusivamente, na exploração deste ramo, através das modalidades Responsabilidade Civil, Veículos Terrestres e Pessoas Transportadas e, complementarmente, nos ramos Assistência e Proteção Jurídica. Com o intuito de diversificar a sua oferta e alargar a sua base de potenciais clientes, em 2012, a Companhia alargou a sua exploração para o ramo Acidentes e Doença e, em 2015, para o ramo Responsabilidade Civil Geral.

Na sequência do processo de fusão por incorporação da Real Seguros, S.A. na Lusitania - Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por “Lusitania”), efetuada com referência a 31 de Dezembro de 2009, o capital da N Seguros passou a ser integralmente detido pela Lusitania.

Com sede na Zona Industrial da Maia I, Sector IX (Norte), Rua de João Moreira da Costa Maia - Lote 20, Moreira da Maia, a N Seguros encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia sob o número de pessoa coletiva 508 310 334.

Em 2015, a produção do mercado segurador apresentou uma quebra significativa, face ao exercício anterior. Os valores divulgados pelo Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões apontam para um volume total de negócio de 11,9 mil milhões de euros, o que representa uma redução de 1,6 mil milhões e uma variação de -11,6%. No entanto, o comportamento verificado resultou, exclusivamente, do desempenho do ramo Vida, o qual apresentou uma redução de 18%, fazendo com que este ramo atingisse valores de aproximadamente, 8,4 mil milhões de euros.

No que se refere aos ramos Não Vida assistimos, em 2015, a um crescimento de 7,7%, o que representa uma clara melhoria face a anos anteriores. Quanto ao ramo Automóvel, no exercício findo a 31 de dezembro de 2015, o crescimento do volume de prémios foi de 5,7% - mais 71 milhões de euros do que no ano anterior.

Ao nível do “mercado direto”, composto por 4 seguradoras: N Seguros; Axa Global Direct; Via Direta e Seguros Logo, em 2015, de acordo com os dados da Associação Portuguesa de Seguradores e Resseguradores (APS), o peso relativo no volume total dos prémios Não Vida apresentaram uma ligeira redução, face 2015 (-0,1 pp.), fixando-se no 2,5%, enquanto o volume total de prémios no ramo Automóvel manteve-se estável: 6,04%.

Em 2015, a quota de mercado da N Seguros manteve-se inalterada nos ramos Não Vida (0,31%), tendo apresentado um ligeiro crescimento no ramo Automóvel (0,01pp.), fixando-se nos 0,73%. Quanto à sua quota no “mercado direto”, esta cresceu 0,11 pontos percentuais, face a 2015 (12,06%).

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 8 de Março de 2016.

As demonstrações financeiras agora apresentadas são consolidadas nas demonstrações financeiras de Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A., entidade que controla o acionista Lusitania, Companhia de Seguros S.A. As demonstrações financeiras de Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A. são, por sua vez, consolidadas no Montepio Geral Associação Mutualista.

## 2. Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril e, subsequentemente, alterado pelas Normas n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro e n.º 22/2010-R de 16 de Dezembro e, ainda, de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pela ASF.

Este Plano de Contas, atualmente em vigor, introduziu os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor, tal como adotados na União Europeia, exceto a IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente à qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia opera sobre o princípio da continuidade.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 3.

### 2.2. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Em 2015, a Companhia adotou as normas e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2015. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 35. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

**2.3. Novas normas e alterações existentes, que apesar de já estarem publicadas, apenas são de aplicação obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Janeiro de 2014 ou em data posterior**

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Companhia não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 35.

**2.4 Principais políticas contabilísticas adotadas**

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras:

**a) Reporte por segmentos**

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A N seguros é uma empresa de seguro direto que exerce a sua atividade nos segmentos de negócio automóvel, acidentes e doença e responsabilidade civil geral.

Quanto ao segmento automóvel, a Companhia disponibiliza diversos produtos que se diferenciam quer pelo tipo de cliente a que se dirigem, quer pelas coberturas oferecidas.

Os segmentos acidentes e doença e responsabilidade civil geral serão apresentados separadamente.

**b) Operações em moeda estrangeira**

As conversões para euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Europeia (UE) são convertidos para euros, utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, de ativos e passivos monetários, entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao justo valor, são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados,

exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

### c) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo histórico de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e sujeitos a testes de imparidade, de acordo com o estabelecido na IAS 16.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, por duodécimos, as quais correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Mobiliário e material	2-12
Máquinas e ferramentas	4-10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8-10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4-10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor, líquido dos custos de venda, e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

**d) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base na seguinte taxa anual, a qual reflete, de forma razoável, a vida útil estimada dos ativos intangíveis:

- Despesas com aplicações informáticas - 33,33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor, líquido dos custos de venda, e o valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil. Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

**e) Ativos financeiros****i) Classificação**

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas: esta categoria inclui os ativos com derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, com as variações subsequentes no justo valor reconhecidas em resultados;
- Ativos financeiros disponíveis para venda: são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias;
- Ativos financeiros a deter até à maturidade: nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis, que a Companhia tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento. Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro

em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso;

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial;

- **Empréstimos concedidos e contas a receber:** os empréstimos e contas a receber incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, não admitidos a cotação num mercado ativo. São registados nesta categoria os depósitos a prazo em instituições de crédito.

## ii) **Reconhecimento inicial, mensuração inicial e desreconhecimento**

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados (ativos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas), (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) a deter até à maturidade, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, com exceção dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

## iii) **Mensuração subsequente**

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados (ativos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas) são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente mensurados ao justo valor, sendo as respetivas variações de valor reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos, ou seja, alienados ou identificadas perdas por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Ainda relativamente aos ativos monetários disponíveis para venda (p.e. obrigações), o ajustamento ao valor de balanço compreende a separação entre: (i) as amortizações segundo a taxa efetiva – por contrapartida de resultados; (ii) as variações cambiais dos títulos da dívida por contrapartida de resultados e (iii) as variações no justo valor.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais, prémios e descontos) a serem registados na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, e técnicas de fluxos de caixa descontados, de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado (podendo recorrer, caso necessário, a entidades especializadas).

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor e as ações não cotadas são registados ao custo de aquisição.

#### iv) Transferências entre categorias

A revisão do IAS 39, datada de Outubro de 2008, veio permitir que as entidades transferissem os ativos financeiros detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda ou para ativos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses mesmos ativos obedçam às características de cada categoria, nomeadamente: (i) se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou (ii) quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, se esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e ativos financeiros a deter até à maturidade são também permitidas em determinadas circunstâncias.

#### v) Imparidade

A Companhia avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

A Companhia considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

(a) Para os títulos de rendimento variável:

- Uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses), em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição sistematicamente; ou
- Uma desvalorização significativa na cotação (mais de 30% do respetivo valor de aquisição);

A Companhia efetua, ainda, uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

(b) Para os títulos de rendimento fixo:

- Existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para a conta de ganhos e perdas.

No caso dos títulos de rendimento fixo, se num período subsequente o montante da perda potencial diminui e se verificar que o evento que gerou perda de imparidade deixe de existir, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição. No caso dos títulos de rendimento variável (ex. ações), as perdas por imparidade reconhecidas não são recuperáveis.

De referir que para os instrumentos financeiros em imparidade, qualquer desvalorização (face ao seu custo de aquisição líquido de perdas por imparidade já anteriormente reconhecidas) originará uma perda por imparidade adicional.

No que se refere aos ativos financeiros a deter até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são reconhecidos no balanço, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos ativos financeiros a deter até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

#### **f) Instrumentos financeiros derivados (derivados embutidos)**

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não se encontra contabilizado ao justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Caso a Companhia considere reduzido o custo/benefício desta “bifurcação”, reconhece o ativo como um todo ao justo valor, com as variações reconhecidas em resultados. Os derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados são reconhecidos, respetivamente, como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de Ganhos e Perdas e como ativos financeiros detidos para negociação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

#### **g) Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e, (ii) subsequentemente, ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Em 2014, os passivos financeiros incluíam um empréstimo subordinado constituído junto da Lusitania, Companhia de Seguros, SA.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

#### **h) Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses, a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

#### **i) Instrumentos de capital**

As ações são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como dedução dos proveitos, líquidos de imposto.

#### **j) Contratos de seguro**

Os contratos de seguro comercializados pela Companhia são contratos segundo os quais a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este, por troca de um prémio, no caso de um acontecimento futuro incerto o afetar de forma adversa. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4.

Os contratos de seguro são reconhecidos e mensurados conforme a seguir indicado:

• **Prêmios**

Os prêmios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prêmios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam, da mesma forma que os prêmios brutos emitidos.

• **Custos de aquisição**

Os custos de aquisição são representados, essencialmente, pelos gastos por natureza imputados e, residualmente, por alguma remuneração contratualmente atribuída a mediadores pela angariação de contratos de seguro.

As comissões contratadas são registadas como gastos no momento da emissão dos respetivos prêmios ou renovação das respetivas apólices.

• **Ajustamento de recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa**

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculada sobre o valor total dos recibos emitidos e não cobrados em cada data de reporte, deduzidos dos correspondentes prêmios de resseguro cedido, comissões, impostos e provisão para prêmios não adquiridos associados, e tendo em conta um coeficiente médio de cobrabilidade determinado com base em dados históricos de anos anteriores, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, em particular, o estabelecido na circular n.º 9/2008, de 27 de Novembro.

Os recibos emitidos e não cobrados à data das demonstrações financeiras estão refletidos na rubrica "Recibos por cobrar".

O ajustamento de créditos de cobrança duvidosa destina-se a fazer face aos riscos da cobrança de dívidas de terceiros, com exceção dos relativos a recibos de prêmios por cobrar.

Os ajustamentos estão associados a um risco de incobrabilidade (que se pode concretizar ou não), mas cuja probabilidade de ocorrência é significativa. A Companhia realiza iniciativas para a regularização dos montantes em dívida, quer através da área de assistência jurídica, quer recorrendo posteriormente à via judicial.

• **Provisão para prêmios não adquiridos**

A provisão para prêmios não adquiridos é baseada na avaliação dos prêmios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método "pro-rata temporis", por cada contrato em vigor. De acordo com a norma n.º. 19/94 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, o método "pro-rata temporis" é aplicado sobre os prêmios comerciais acima citados, deduzidos dos respetivos custos de aquisição.

Os custos de aquisição são diferidos ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com os referidos normativos, o diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

- **Provisão para sinistros**

Reconhece a estimativa efetuada das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais que possam ocorrer como consequência dos sinistros ocorridos e ainda não declarados naquela data (IBNR), nomeadamente as despesas de regularização de sinistros, calculadas com base nos dados históricos dos custos da função sinistros.

#### Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por sub-sinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática também varia mediante a existência de danos corporais, e de acordo com a sua gravidade. Esta provisão pode ser revista, na sequência da análise de cada processo e ao longo da vida do sinistro, sofrendo os ajustamentos necessários de acordo com a informação recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

#### Provisão para sinistros de Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas

A provisão para sinistros do ramo Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas é estimada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que exista nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões para sinistros é avaliada/validada ao longo do ano, através de técnicas atuariais universalmente aceites.

- **Provisão para riscos em curso**

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício. De acordo com o estipulado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, a provisão para riscos em curso é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de despesa e de cedência, deduzida do rácio de rentabilidade dos investimentos, seja superior a 1. O montante desta provisão é igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis a exercícios seguintes e dos prémios exigíveis ainda não emitidos relativos a contratos em vigor pela soma dos rácios deduzida de 1.

#### l) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, e as condições estipuladas nos contratos de resseguro em vigor.

**m) Imposto sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na conta de ganhos e perdas, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, bem como, para prejuízos fiscais registados em exercícios anteriores e que sejam ainda reportáveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capaz de absorver as referidas diferenças.

**n) Benefícios concedidos aos empregados****i) Planos de benefícios Pós-emprego - Plano de contribuição definida**

No dia 23 de Dezembro de 2011, foi assinado um novo contrato coletivo de trabalho (Novo CCT) entre a Associação Portuguesa de Seguradores (APS) e dois sindicatos representativos da classe profissional (STAS e SISEP), posteriormente publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 2, de 15 de Janeiro de 2012.

De acordo com o n.º 1 da cláusula 48ª do Novo CCT, "todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho".

Tendo em conta o disposto na cláusula 49ª do Novo CCT, a Companhia efetuou e efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador:



Ano Civil	Percentagem do ordenado base anual
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

As primeiras contribuições anuais do empregador para o plano individual de reforma verificaram-se nas seguintes condições:

- Para os trabalhadores no ativo admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de Junho de 1995 e 31 de Dezembro de 2009 — no ano de 2012;
- Para os trabalhadores no ativo admitidos depois de 1 de Janeiro de 2010 — no ano seguinte àquele em que completarem dois anos de prestação de serviço efetivo na Companhia.

Em 2014, foi acordado entre as partes a introdução da cláusula 58ª A que determinou um aumento extraordinário do valor a aplicar no PIR, em 1,25% do ordenado base anual dos trabalhadores, conforme os pressupostos definidos nas alíneas a), b) e c), do n.º 1 de referida cláusula.

Este plano de pensões é financiado através de uma adesão coletiva a uma apólice de seguro de grupo. O plano individual de reforma deverá prever a garantia de capital investido, sendo essa responsabilidade da entidade gestora, Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA. O novo plano de pensões (plano individual de reforma) passa a corresponder a um plano de contribuição definida em que a quantia dos benefícios pós-emprego recebidos pelos empregados é determinada pela quantia de contribuições pagas pela Companhia, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes dessas mesmas contribuições. Consequentemente, os riscos atuarial e de investimento recairão nos empregados.

Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem sendo efetuadas.

#### ii) Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo)

Ao abrigo do Novo CCT, a respetiva cláusula 41ª contempla a obrigação da Companhia atribuir aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após o Colaborador completar 50 anos de idade e, logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário é substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;

c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

As responsabilidades da Companhia com os prémios de permanência são reconhecidas como um gasto na conta de ganhos e perdas no exercício a que respeita.

**iii) Benefícios de saúde (benefício de curto prazo)**

A Companhia concede um benefício de assistência médica anual aos colaboradores no ativo. Este benefício é reconhecido como um gasto na conta de ganhos e perdas no exercício a que respeita.

**iv) Bónus de desempenho (benefício de curto prazo)**

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam. Os bónus são calculados de acordo com uma avaliação de desempenho, que se baseia em critérios organizacionais, quantitativos e qualitativos.

**v) Estimativa para férias e subsídio de férias (benefício de curto prazo)**

Os encargos com férias e subsídio de férias dos empregados são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a 2 meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

**o) Reconhecimento de juros e dividendos**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu reconhecimento.

**p) Locações**

A Companhia classifica as operações de locação em locações financeiras ou operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras toda as operações em que os riscos e os benefícios inerentes à propriedade são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são consideradas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Nas locações financeiras os contratos são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição do bem locado, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro, que é debitado em resultados, e (ii) pela amortização financeira do capital, que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, em cada período.

A Companhia apenas tem registado contratos de locação operacional, relacionados com aluguer de automóveis.

**q) Provisões, ativos e passivos contingentes**

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o dispêndio futuro de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão deve corresponder à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade à data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, mas existindo a obrigação, teremos um passivo contingente, o qual será apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

**3. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras**

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados, pela Companhia, na aplicação dos princípios contabilísticos são divulgadas abaixo, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento das políticas contabilísticas adotadas pela Companhia, que levariam a resultados diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. No entanto, a Companhia entende que os julgamentos e as

estimativas aplicadas são apropriados, pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

#### **a) Provisões técnicas**

As responsabilidades presentes decorrentes de obrigações emanadas de contratos de seguro são registadas na rubrica provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base o normativo existente e vários pressupostos baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para prémios não adquiridos, (2) provisão para sinistros (reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas) e (3) provisão para riscos em curso.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia para o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, assim como, outros fatores. Qualquer eventual alteração de critérios (nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais) é devidamente avaliada para quantificação dos seus impactos financeiros.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado à Companhia. As provisões são revistas regularmente, através de um processo contínuo, à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas. Para mais detalhes, ver a Nota 21.

#### **b) Justo valor dos ativos financeiros**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

**c) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda**

A Companhia avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

A Companhia considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

(a) Para os títulos de rendimento variável:

- uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses), em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição; ou
- uma desvalorização significativa na cotação (mais de 30% do respetivo valor de aquisição);

A Companhia efetua, ainda, uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

(b) Para os títulos de rendimento fixo:

- existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objeto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo corrigido, desde a última data em que perdas por imparidade foram reconhecidas, independentemente dos critérios referidos acima.

**d) Imposto sobre lucros**

A determinação dos impostos sobre lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### 4. Reporte por segmentos

A N Seguros é uma empresa de seguro direto que celebra contratos à distância, utilizando como canais de distribuição a internet e o telefone e que exerce a sua atividade nos seguintes segmentos de negócio – automóvel, acidentes pessoais, doença e responsabilidade civil geral.

Cada segmento integra um conjunto de “produtos” ou “opções”, os quais disponibilizam diferentes coberturas, garantias e/ou capitais, adaptados a vários públicos-alvo ou necessidades específicas de determinados nichos de mercado.

Em termos geográficos, todos os contratos são celebrados em Portugal, pelo que existe apenas um segmento.

O relato por segmentos da conta ganhos e perdas dos anos de 2015 e 2014 é apresentado nas tabelas seguintes:

RUBRICAS	2015					TOTAL
	Automóvel	Acidentes Pessoais	Doença	Resp. Civil Gera	Não segmentado	
Premios Adquiridos	11.360.767	32.304	139.571	9	-	11.532.651
Custos com sinistros	(8.587.452)	(7.451)	(64.491)	(6)	-	(8.659.400)
Outras provisões e gastos técnicos	(161.179)	-	-	-	-	(161.179)
Margem Técnica	2.612.136	24.853	75.080	3	-	2.712.072
Resultado de Resseguro Cedido	(1.107.005)	-	-	-	-	(1.107.005)
Margem Técnica Líquida	1.505.131	24.853	75.080	3	-	1.605.068
Custos de exploração	(2.565.585)	(7.572)	(32.733)	(6)	-	(2.605.896)
Resultado de Exploração	(1.060.454)	17.281	42.347	(2)	-	(1.000.828)
Resultado financeiro	(35.429)	(297)	(1.522)	(0)	-	(37.247)
Resultado Técnico	(1.095.882)	16.985	40.825	(3)	-	(1.038.076)
Outros Custos e Proventos não Técnicos	-	-	-	-	(164.367)	(164.367)
Imposto s/Rendimento	-	-	-	-	(5.648)	(5.648)
Resultado Líquido do Exercício	(1.095.882)	16.985	40.825	(3)	(170.015)	(1.208.091)

RUBRICAS	2014				TOTAL
	Automóvel	Acidentes Pessoais	Doença	Não segmentado	
Premios Adquiridos	11.492.781	19.008	66.168	-	11.577.957
Custos com sinistros	(8.981.122)	(4.935)	(21.227)	-	(9.007.284)
Outras provisões e gastos técnicos	152.744	-	-	-	152.744
Margem Técnica	2.664.403	14.073	44.941	-	2.723.417
Resultado de Resseguro Cedido	(919.913)	-	-	-	(919.913)
Margem Técnica Líquida	1.744.491	14.073	44.941	-	1.803.504
Custos de exploração	(2.179.190)	(3.704)	(12.948)	-	(2.195.842)
Resultado de Exploração	(434.699)	10.369	31.992	-	(392.338)
Resultado financeiro	729.031	44	(492)	-	728.583
Resultado Técnico	294.332	10.413	31.501	-	336.245
Outros Custos e Proventos não Técnicos	-	-	-	64.600	64.600
Imposto s/Rendimento	-	-	-	(98.702)	(98.702)
Resultado Líquido do Exercício	294.332	10.413	31.501	(34.102)	302.143

#### 5. Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

No ano de 2015, os prémios brutos emitidos de seguro direto registaram o valor de 11.793.025 euros, o que representa um aumento de 3,6% face ao exercício transato.

Nos quadros abaixo, apresentam-se os valores dos prémios adquiridos líquidos de resseguro, com detalhe por ramo, para os exercícios de 2015 e 2014.

(valores em euros)

2015	Prémios brutos emitidos	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	Prémios Adquiridos Brutos	Prémios de Resseguro Cedido	Provisão para prémios não adquiridos de resseguro (variação)	Prémios adquiridos líquidos de resseguro
<b>Seguro Direto</b>						
Acidentes Pessoais	32.084	( 219)	32.304	-	-	32.304
Doença	138.579	( 992)	139.571	-	-	139.571
Automóvel	9.777.899	163.320	9.614.579	( 77.324)	-	9.537.256
Responsabilidade Civil	7.458.581	92.744	7.365.837	( 77.324)	-	7.288.513
Outras coberturas	2.319.318	70.576	2.248.742	-	-	2.248.742
Resp. Civil Geral	85	75	9	-	-	9
Proteção Jurídica	309.750	22.673	287.077	-	-	287.077
Assistência	1.534.628	75.517	1.459.111	( 1.108.370)	( 12.263)	338.478
<b>Total</b>	<b>11.793.025</b>	<b>260.374</b>	<b>11.532.651</b>	<b>( 1.185.693)</b>	<b>( 12.263)</b>	<b>10.334.695</b>

(valores em euros)

2014	Prémios brutos emitidos	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	Prémios Adquiridos Brutos	Prémios de Resseguro Cedido	Provisão para prémios não adquiridos de resseguro (variação)	Prémios adquiridos líquidos de resseguro
<b>Seguro Direto</b>						
Acidentes Pessoais	20.244	( 1.236)	19.008	-	-	19.008
Doença	71.677	( 5.509)	66.168	-	-	66.168
Automóvel	9.643.581	222.303	9.865.884	( 82.355)	-	9.783.529
Responsabilidade Civil	7.554.547	205.703	7.760.249	( 82.355)	-	7.677.894
Outras coberturas	2.089.035	16.600	2.105.635	-	-	2.105.635
Proteção Jurídica	306.110	5.509	311.620	-	-	311.620
Assistência	1.343.286	( 28.009)	1.315.278	( 1.195.662)	( 8.877)	110.738
<b>Total</b>	<b>11.384.898</b>	<b>193.059</b>	<b>11.577.957</b>	<b>( 1.278.017)</b>	<b>( 8.877)</b>	<b>10.291.062</b>

A taxa de cedência de prémios de resseguro foi, em 2015, de 10,1% (em 2014 era de 11,2%).

## 6. Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Na tabela seguinte são analisados os custos com sinistros, líquidos de resseguro, para os anos de 2015 e 2014:

(valores em euros)

	2015	2014
<b>Montantes pagos</b>	<b>8.993.318</b>	<b>9.294.748</b>
Montantes Brutos	8.993.318	9.294.748
Parte dos resseguradores	-	-
<b>Provisão para sinistros</b>	<b>( 424.869)</b>	<b>( 654.445)</b>
Montante bruto	( 333.918)	( 287.463)
Parte dos resseguradores	( 90.951)	( 366.982)
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>	<b>8.568.449</b>	<b>8.640.302</b>

O valor dos custos imputados à função de sinistros (que se encontra acima incluído na rubrica de Montantes Pagos) foi de 806.302 euros, em 2015, e 1.379.749 euros, em 2014.

O quadro seguinte mostra o detalhe, por ramo, dos custos com sinistros líquidos de resseguro para os exercícios de 2015 e 2014:

	(valores em euros)	
	2015	2014
Montantes Pagos	8.993.318	9.294.748
Acidentes Pessoais	3.656	2.453
Doença	64.491	21.289
Automóvel	8.799.063	9.071.113
Responsabilidade Civil	7.436.252	7.525.301
Outras coberturas	1.362.811	1.545.812
Res. Civil Geral	6	-
Proteção jurídica	21.178	37.098
Assistência	104.924	162.794
Provisão para Sinistros	(424.869)	(654.445)
Acidentes Pessoais	3.795	2.482
Doença	-	(62)
Automóvel	(428.664)	(656.865)
Responsabilidade Civil	(452.582)	(445.211)
Outras coberturas	23.918	(211.654)
Res. Civil Geral	-	-
Proteção jurídica	-	-
Assistência	-	-
Total	8.568.449	8.640.302

Apresenta-se, agora, a informação quantitativa acerca do rácio de sinistralidade, rácio de despesas, rácio combinado e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos):

	2015	2014	Variação
Prémios Adquiridos	11.532.651	11.577.957	(45.306)
Custos com sinistros SD	7.853.098	7.627.535	225.563
Custos imputados função sinistros	806.302	1.379.749	(573.448)
Custos de exploração	2.605.896	2.195.842	410.053
Prémios de Resseguro	1.185.693	1.278.017	(92.324)
Rendimentos e Ganhos	818.614	907.871	(89.257)
Resultado técnico	(1.038.076)	336.245	(1.374.321)
(1) Rácio de sinistralidade	68,09%	65,88%	2,2%
(2) Rácio de despesas	29,59%	30,88%	-1,3%
(3) Rácio combinado	100,86%	99,96%	0,9%
(4) Rácio operacional	-9,00%	2,90%	-11,9%

#### 7. Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro

O saldo desta rubrica respeita à variação da provisão para riscos em curso, respeitante ao reforço de 161.179 euros. Em 2014 a variação da provisão foi de 152.744 euros negativos.

**8. Custos e gastos de exploração líquidos**

Seguem-se os custos e gastos de exploração líquidos, nos exercícios de 2015 e 2014:

	(valores em euros)	
	2015	2014
<b>Custos de aquisição</b>		
Custos imputados	2.268.476	1.710.421
Custos de aquisição diferidos (variação)	(186.744)	6.721
<b>Total de custos de aquisição</b>	<b>2.081.732</b>	<b>1.717.142</b>
<b>Custos administrativos</b>		
Custos imputados	524.163	478.700
<b>Total de custos administrativos</b>	<b>524.163</b>	<b>478.700</b>
<b>Custos e gastos de exploração líquidos</b>	<b>2.605.896</b>	<b>2.195.842</b>

Os custos são inicialmente contabilizados pela sua natureza (custos indiretos) e posteriormente, de acordo com uma chave de repartição, imputados às funções Aquisição, Administrativa, Sinistros e Investimentos.

A metodologia de imputação seguida no exercício de 2015 manteve-se em linha com a adotada em exercícios anteriores.

No exercício de 2015 foi efetuada a seguinte distribuição dos gastos gerais pelas várias funções:

2015 (valores em euros)					
Descrição	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Sinistros	Função Investimentos	Total
Custos com pessoal	698.521	285.234	432.329	67.642	1.483.725
Fornecimento e serviços externos	1.289.702	176.060	282.869	38.471	1.787.101
Impostos e Taxas	159.652	13.624	16.462	1.305	191.042
Depreciações do exercício	120.601	49.246	74.643	11.679	256.169
Juros suportados	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	13.732	13.732
<b>Total</b>	<b>2.268.476</b>	<b>524.163</b>	<b>806.302</b>	<b>132.828</b>	<b>3.731.769</b>

2014 (valores em euros)					
Descrição	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Sinistros	Função Investimentos	Total
Custos com pessoal	428.727	235.093	720.144	38.817	1.422.781
Fornecimento e serviços externos	1.063.615	187.739	503.289	22.086	1.776.729
Impostos e Taxas	137.631	11.754	21.185	755	171.324
Depreciações do exercício	80.448	44.114	135.131	7.284	266.977
Juros suportados	-	-	-	62.624	62.624
Comissões	-	-	-	16.460	16.460
<b>Total</b>	<b>1.710.421</b>	<b>478.700</b>	<b>1.379.749</b>	<b>148.025</b>	<b>3.716.896</b>

### Custos com pessoal

Em 2015 e 2014, os Gastos com o Pessoal apresentam a seguinte desagregação:

CUSTOS COM PESSOAL	(valores em euros)	
	2015	2014
Remunerações:		
Órgãos Sociais	19.658	11.920
Pessoal	1.118.478	1.030.720
Encargos sobre remunerações	246.596	229.482
Benefícios de cessação de emprego	11.890	6.559
Seguros obrigatórios	28.601	24.046
Gastos de ação social	30.215	34.113
Gastos com formação	4.295	58.102
Outros gastos com pessoal	6.479	8.360
Outros benefícios de longo prazo dos empregados	17.513	19.480
<b>Total</b>	<b>1.483.725</b>	<b>1.422.781</b>

O Conselho de Administração da Sociedade é composto por 2 elementos com funções executivas: Virgílio Manuel Boavista Lima e António Paulo Silva Gonçalves Raimundo. O primeiro não auferiu qualquer remuneração pelo cargo exercido, e o último passou a auferir remuneração a partir de outubro de 2015 (ver Nota 29).

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia tinha ao seu serviço 62 trabalhadores (em 2014: 68), distribuídos pelas categorias profissionais constantes no quadro abaixo:

	2015	2014
Direção	1	1
Chefias não comerciais	6	6
Técnicos	6	4
Comerciais	1	1
Administrativos	47	54
Estagiários	1	2
<b>Número médio de trabalhadores</b>	<b>62</b>	<b>68</b>

### Plano de benefícios pós-emprego (Novo CCT) – Contribuição definida

Conforme referido na Nota 2, alínea n), nos termos do estabelecido no Contrato Coletivo dos Trabalhadores do Setor Segurador, cujo texto foi publicado no BTE nº2, de 15 Janeiro de 2012, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substituiu o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho. Trata-se de um plano de contribuição definida, em que a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores. A população de participantes do plano de pensões é constituída pelos trabalhadores que cumprem a regra referida acima.

A Companhia constituiu este Plano junto da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA., através de uma apólice de seguro de grupo denominada Plano Individual de Reforma (PIR), a qual garante todos os pressupostos previstos no contrato coletivo de trabalho, publicado no BTE nº 2, de 15 de janeiro de 2012.

O montante das contribuições de 2015 ascendeu a 17.513 euros.

**Fornecimento e serviços externos**

A desagregação por natureza, em 2015 e 2014, é analisada como segue:

	(valores em euros)	
	2015	2014
Fornecimentos e Serviços Externos:		
Eletricidade	20.003	22.852
Combustíveis	6.554	7.319
Água	831	697
Impressos	6.146	6.092
Material de escritório	4.676	5.976
Livros e documentação técnica	110	219
Conservação e reparação	7.629	9.277
Rendas e alugueres	196.327	168.189
Despesas de representação	3.564	3.813
Comunicação	223.029	219.438
Deslocações e estadas	15.129	16.208
Seguros	6.949	6.439
Publicidade e propaganda	760.145	762.240
Limpeza, higiene e conforto	9.688	9.588
Contencioso e notariado	3.297	868
Vigilância e segurança	34.096	34.096
Trabalhos especializados	351.610	351.800
Quotizações da atividade	26.629	25.808
Gastos com cobrança de prémios	110.687	125.811
<b>Total</b>	<b>1.787.101</b>	<b>1.776.729</b>

A rubrica de "Trabalhos Especializados" inclui os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas da Companhia, no âmbito da revisão legal de contas e outros serviços de garantia de fiabilidade. Em 2015 encontram-se registados nesta rubrica 43.095 euros, excluindo IVA.

**Outros custos de estrutura**

A decomposição dos restantes custos de estrutura, para os exercícios de 2015 e 2014, é a seguinte:

	(valores em euros)	
	2015	2014
Taxa para a ASF	28.539	27.551
Taxa - Responsabilidade Civil Automóvel	162.417	143.661
Outros	86	112
Impostos e taxas	191.042	171.324
Amortizações de ativos intangíveis (Nota 20)	-	-
Depreciações de ativos tangíveis (Nota 19)	256.169	266.977
Depreciações e amortizações do exercício	256.169	266.977
Juros - empréstimo subordinado	-	62.624
Juros suportados	-	62.624
Comissões c/Gestão Ativos	13.732	16.460
Comissões	13.732	16.460
<b>Total</b>	<b>460.943</b>	<b>517.385</b>

## 9. Rendimentos

Os rendimentos por categorias de ativos financeiros são analisados como segue:

(valores em euros)			
2015			
	Juros	Rendimentos	Total
Títulos de rendimento variável	-	1.257	1.257
Títulos de rendimento fixo	730.554	-	730.554
Empréstimos concedidos e contas a receber	684	-	684
<b>Total</b>	<b>731.238</b>	<b>1.257</b>	<b>732.495</b>

(valores em euros)			
2014			
	Juros	Rendimentos	Total
Títulos de rendimento variável	-	356	356
Títulos de rendimento fixo	790.287	-	790.287
Empréstimos concedidos e contas a receber	284	-	284
<b>Total</b>	<b>790.571</b>	<b>356</b>	<b>790.926</b>

## 10. Gastos financeiros

Na rubrica de gastos financeiros estão registados a (i) amortização à taxa efetiva dos títulos de rendimento em carteira, no valor de 47.314 euros (2014: 31.263 euros) e (ii) custos imputados à função investimentos no valor de 132.828 euros (2014: 148.025 euros) (Ver nota 8).

## 11. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas decompõem-se, em 2015 e 2014, como segue:

(valores em euros)			
2015			
	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos financeiros disponíveis para venda	86.119	-	86.119
Instrumentos de capital e unidades de participação	20.100	-	20.100
Títulos da dívida	66.020	-	66.020

(valores em euros)			
2014			
	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos financeiros disponíveis para venda	116.945	-	116.945
Instrumentos de capital e unidades de participação	14.429	-	14.429
Títulos da dívida	102.516	-	102.516

**12. Perdas de imparidade, líquidas de reversão**

No exercício de 2015 reconheceram-se as seguintes perdas de imparidade, líquidas de reversões. Em 2014 não se verificaram pressupostos de reconhecimento de perdas de imparidade, não havendo movimentos a registar.

(valores em euros)						
Categoria de Investimento	Nome do Título	ISIN	Imparidade a 31/12/2014	Reforço do Ano	Reversão do ano	Saldo de imparidade a 31/12/2015
Obrigações	QUIFEL HOLDING SGP S SA - EMI 04/09/2014 - 31/08/2015	PTQ06AJM0029	-	156.464	-	156.464
Obrigações	BANCO ESPIRITO SANTO, SA-4.75%-15.01.2018	PTBENJOM0015	-	519.257	-	519.257
Total			-	675.721	-	675.721

**13. Outras provisões (variação)**

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de Ajustamentos de recibos por cobrar apresenta um saldo de 10.385 euros. A variação do ano consistiu numa libertação de 13.262 euros (em 2014 a variação decorreu de um reforço de 8.312 euros, com saldo de 23.647 euros).

Ajustamentos e Outras Provisões	Saldo a 31/12/2014	Reforço do Ano	Libertação do ano	Saldo a 31/12/2015
Ajustamentos de recibos por cobrar	23.647	-	13.262	10.385
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	10.668	-	-	10.668
Outras Provisões	-	190.125	-	190.125
	34.315	190.125	13.262	211.178

Nos exercícios de 2015 e 2014 não houve movimentos a registar em Ajustamentos de créditos de cobrança.

Em 2015 foi criada uma provisão para mitigar os efeitos de uma eventual perda, na sequência da falsificação de um cheque em que a N Seguros foi lesada. À data da elaboração do presente relatório, o processo ainda decorria em tribunal.

**14. Outros rendimentos/gastos**

Segue-se informação de 2015 e 2014, referente à rubrica de Outros rendimentos/gastos:

	(valores em euros)	
	2015	2014
Multas não fiscais	( 650)	( 240)
Multas fiscais	-	-
Outros gastos	( 24.487)	( 5.283)
Outros gastos e perdas financeiras	( 7.315)	( 6.496)
<b>Outros gastos</b>	<b>( 32.452)</b>	<b>( 12.018)</b>
Rendimentos e ganhos não correntes	-	34.939
Outros rendimentos e ganhos financeiros	762	11.782
Outros	44.186	38.210
<b>Outros rendimentos</b>	<b>44.948</b>	<b>84.930</b>
<b>Outros rendimentos/(gastos)</b>	<b>12.496</b>	<b>72.912</b>

Em Outros rendimentos –“Outros”, encontram-se registados 43.819 euros decorrentes da partilha de receitas dos números 707 com a empresa AR Telecom, S.A. (valor da receita em 2014: 36.108 euros).

**15. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem**

O saldo de Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é composto pelo seguinte:

	(valores em euros)	
	2015	2014
Caixa	72	175
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	730.852	257.331
<b>Total</b>	<b>730.924</b>	<b>257.506</b>

**16. Ativos disponíveis para venda**

O saldo desta rubrica, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é analisado como segue:

(valores em euros)					
2015	Custo amortizado	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	10.867.438	300.092	156.464	( 226.731)	10.940.799
De emissores públicos	4.059.894	80.865	-	( 1.561)	4.139.198
De outros emissores	6.807.544	219.226	156.464	( 225.170)	6.801.600
Outros títulos de rendimento variável	764.158	137	-	( 56.054)	708.241
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	11.631.595	300.229	156.464	( 282.785)	11.649.039
	Nível I	Nível II	Nível III	Total	
Dos quais:					
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	4.139.198	-	-	4.139.198	
De outros emissores	3.117.321	-	3.684.279	6.801.600	
Obrigações de rendimento variável					
De outros emissores	50.112	-	-	50.112	
	7.306.631	-	3.684.279	10.990.911	
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	658.129	-	-	658.129	
	7.964.760	-	3.684.279	11.649.039	

(valores em euros)					
2014	Custo amortizado	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	6.042.878	83.903	-	9.752	6.136.532
De emissores públicos	877.896	21.737	-	21.573	921.206
De outros emissores	5.164.982	62.166	-	( 11.822)	5.215.326
Outros títulos de rendimento variável	424.842	153	-	5.058	430.053
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	6.467.720	84.056	-	14.810	6.566.585
	Nível I	Nível II	Nível III	Total	
Dos quais:					
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	921.206	-	-	921.206	
De outros emissores	1.996.666	-	3.218.660	5.215.326	
Obrigações de rendimento variável					
De outros emissores	49.603	-	-	49.603	
	2.967.475	-	3.218.660	6.186.135	
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	380.450	-	-	380.450	
	3.347.925	-	3.218.660	6.566.585	

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Os ativos classificados no nível III correspondem a dívida de curto prazo, pelo que o *book value* corresponde ao seu justo valor.

O montante da reserva de reavaliação ao justo valor, em 31 de Dezembro de 2015, é de 282.777 euros negativos. Este valor não reconcilia diretamente com a reserva de reavaliação ao justo valor dos ativos financeiros detidos para venda incluídos no capital próprio (valor registado negativo de 297.799 euros). O diferencial, no valor negativo de 15.021 euros, é decorrente de uma operação de reclassificação de ativos financeiros inicialmente classificados como disponíveis para venda para a categoria de ativos a

deter até a maturidade, em 2011. Esta reclassificação fixou o valor registado na reserva de reavaliação ao justo valor dos ativos que foram reclassificados, e que irá ser amortizado até à maturidade de todos os títulos reclassificados (ver Nota 18).

O Anexo 1 às notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras apresenta informação detalhada relativa ao inventário de participações sociais e outros ativos financeiros.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se detalhados na Nota 12.

As principais contribuições para a reserva de justo valor, com referência a 31 de Dezembro de 2015, podem ser analisadas como segue:

(valores em euros)

Título	Custo amortizado	Juro decorrido	Reserva de justo valor		Valor de balanço
			Positiva	Negativa	
Montepio Ac. Europa	116.651	-	-	5.010	111.641
PGB 4.1% 15/04/37	294.520	8.417	20.287	-	323.225
PGB 2.20% 17/10/2022 - Tx. 2.20%	406.900	2.724	1.460	-	411.084
PGB 2.875% 15/10/25 - Tx. 2.88%	915.634	5.365	-	1.403	919.596
SEMAPA - TV (20.04.2016)	49.611	137	364	-	50.112
BCPPL 3.375 27/02/17 - Tx. 3.38%	202.466	5.677	-	3.042	205.101
GALPPL 3% 14/01/21	1.224.593	34.619	-	22.325	1.236.887
PORTEL 4.5 16/06/25	304.098	7.303	-	169.746	141.655
VW 1.50% 13/02/2019 - Tx. 1.50%	98.683	1.319	2.368	-	102.370
BGF European €	105.201	-	1.686	-	106.887
SCHRODER INTL EU EQ	106.818	-	3.349	-	110.167
BGF US FLEXIBLE A2H	80.132	-	-	56	80.076
Fidelity America AH	52.280	-	-	898	51.381
MS US ADVANT ZH	54.462	-	-	586	53.876
FUNDO DE PARTICIPAÇÃO CEMG	199.002	-	-	54.902	144.100
PARPÚBLICA 3,567 09/22/20	350.127	3.411	10.384	-	363.922
OT 5,65% 02/15/2024	1.131.813	44.442	-	15.318	1.160.937
PARPÚBLICA 3,75 07/05/2021	960.900	16.506	-	16.971	960.435
CREDIT SUISSE 5.75 09/18/2025	553.385	8.169	-	9.635	551.919
EDP FINANCE BV 2,625% 01/18/2022	155.896	3.743	-	6.857	152.782
TELECOM ITALIA 3,25% 01/16/2023	208.288	6.215	-	5.482	209.021
AIR FRANCE KLM 3,875% 06/18/2021	306.165	6.225	-	7.890	304.500
REFER 4,25% 12/13/2021	215.228	418	-	2.562	213.084
QUIFEL HOLDING SGPS SA - EM3 04/09/2014 - 31/08/2015	553.000	35.601	-	-	588.601
MONTEPIO HOLDING SGPS SA EM26 19/12/2014 - 18/12/2015	2.100.000	81.324	-	-	2.181.324
MONTEPIO HOLDING SGPS SA EM28 31/12/2014 - 23/12/2015	400.000	15.184	-	-	415.184
DOURO AZUL EM 05 - 05/02/2015 - 29/01/2016	142.873	6.523	-	-	149.396
ONGOING S I SGPS SA EM11 20/02/2015 - 18/08/2015	244.974	5.026	-	-	250.000
<b>Total</b>	<b>11.631.595</b>	<b>300.229</b>	<b>39.898</b>	<b>322.682</b>	<b>11.649.039</b>

A análise de sensibilidade da carteira de títulos a variações das taxas de juro encontra-se com mais detalhe na nota 30 – Gestão de Riscos, na componente do Risco de Mercado.

**17. Empréstimos e contas a receber**

À data de 31 de dezembro de 2015, esta rubrica corresponde a um depósito a prazo na CEMG. O prazo é de 365 dias.

**18. Investimentos a deter até à maturidade**

Na sequência da publicação da Norma Regulamentar nº 4/2011, da ASF, a qual veio alterar as regras de cálculo da solvência anteriormente instituídas pela Norma Regulamentar nº 6/2007, da ASF, a Companhia decidiu proceder à reclassificação de 29 obrigações, classificadas como ativos disponíveis para venda, para a classificação ativos a deter até à maturidade, com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2011. Em 31 de dezembro de 2015 ainda se encontram em carteira 6 obrigações.

À data da reclassificação, a Companhia tinha intenção e capacidade de deter os referidos títulos até à maturidade.

À data de 31 de dezembro de 2015 a Companhia detinha um investimento de 3.793.915 euros em investimentos desta natureza, dos quais 510.602 respeitam a ativos reclassificados no exercício de 2011.

O quadro seguinte mostra o detalhe dos ativos detidos até à maturidade em 31 de Dezembro de 2015:

	(Valores em euros)				
	31-12-2015				
	Quantidade	Valor de Mercado	Custo Amortizado	Juro Decorrido	Valor Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissões públicas					
OT-4.45%-15.06.2018	100.000	110.350	95.438	2.420	97.857
OT-4.8%-15.06.2020	90.000	104.522	83.429	2.349	85.778
De outros emissores					
BANCO ESPIRITO SANTO,SA-4.75%-15.01.2018	500.000	-	-	-	-
BRISA - 4.5% - 05.12.2016	350.000	362.947	351.756	1.119	352.875
PORTUGAL SA-5.375%-15.05.2020 (*)	257.143	269.311	261.100	1.728	262.827
REN-REDES ENER.G.NAC.-4.125%-31.01.2018	900.000	960.552	902.247	33.972	936.219
EDP FINANCE BV-4.875%-14.09.2020	700.000	781.683	701.130	10.070	711.200
GAS NATURAL CAPITAL-4.125%-26.01.2018	100.000	107.515	96.737	3.820	100.557
IBERDROLA FINANZAS SAU-3.5%-13.10.2016	50.000	51.293	49.603	378	49.981
PORT.TELECOM INT.FIN.-5%-04.11.2019	880.000	480.814	887.131	6.852	893.984
RED ELECTRICA FINAN.BV-3.5%-07.10.2016	100.000	102.498	99.670	813	100.482
REN FINANCE BV-4.75%-16.10.2020	200.000	229.162	200.182	1.973	202.155
Total	4.227.143	3.560.646	3.728.423	65.492	3.793.915

(\*) Títulos com amortização antecipada

O quadro seguinte mostra o detalhe dos ativos detidos até à maturidade em 31 de Dezembro de 2014:

(Valores em euros)

	31-12-2014				
	Quantidade	Valor de Mercado	Custo Amortizado	Juro Decorrido	Valor Balanço
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>					
De emissões públicas					
HTM - OT - 3.35% (15.10.2015)	100.000	102.350	98.092	707	98.799
HTM - OT-4.45%-15.06.2018	100.000	111.000	93.788	2.426	96.215
HTM - OT-4.8%-15.06.2020	90.000	104.387	82.208	2.355	84.563
De outros emissores					
BANCO ESPIRITO SANTO,SA-4.75%-15.01.2018	500.000	492.985	495.102	22.774	517.876
BRISA - 4.5% - 05.12.2016	350.000	373.541	358.599	1.122	354.720
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS-8%-28.09.2015	650.000	682.864	656.976	13.392	670.367
PORTUCEL SA-5.375%-15.05.2020	600.000	642.678	611.085	4.031	615.116
PORTUGAL TELECOM SGPS,SA-6.25%-26/07/2016	200.000	206.406	206.385	5.347	211.732
REN-REDES ENER.G.NAC.-4.125%-31.01.2018	200.000	216.628	202.420	7.549	209.969
SEMAPA-6.85%-30.03.2015	250.000	252.500	251.380	4.281	255.661
EDP FINANCE BV - 3.75% (22.06.2015)	100.000	101.084	99.389	1.973	101.362
EDP FINANCE BV-3.25%-16.03.2015	100.000	100.379	99.549	2.582	102.131
EDP FINANCE BV-4.875%-14.09.2020	700.000	801.458	701.374	10.097	711.471
GAS NATURAL CAPITAL-4.125%-26.01.2018	100.000	110.582	95.297	3.820	99.117
IBERDROLA FINANZAS SAU-3.5%-13.10.2016	50.000	52.503	49.125	379	49.504
PORT. TELECOM INT.FIN.-5%-04.11.2019	880.000	918.931	888.868	6.871	895.739
RED ELECTRICA FINAN.BV-3.5%-07.10.2016	100.000	104.776	99.269	815	100.084
REN FINANCE BV-4.75%-16.10.2020	200.000	228.276	200.222	1.978	202.200
BES - 3.875% - 21JAN2015	800.000	794.400	799.834	29.216	829.051
REN - 4.125% - 31JAN2018	700.000	701.400	700.870	26.423	727.293
CEMG 4% - 150521015	4.500.000	4.500.000	4.500.000	22.500	4.522.500
ROLEAR MAIS 19ª 22/04/2014 - 22/01/2015	150.000	142.585	149.397	-	149.397
DOURO AZUL SA 4ª 24-03-2014 - 05-02-2015	250.000	238.737	248.698	-	248.698
<b>Total</b>	<b>11.670.000</b>	<b>11.980.449</b>	<b>11.682.927</b>	<b>170.639</b>	<b>11.853.566</b>

## 19. Outros ativos tangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2015 são analisados como segue:

EM 31/12/2015

(valores em euros)

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo Final Líquido
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
<b>OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>									
Equipamento administrativo - Mobilidade	203.859	178.370	-	-	-	-	25.488	-	-
Máquinas e ferramentas - Aparelhos e máquinas elétricas	22.417	19.749	-	-	-	-	2.669	-	-
Equipamento informático - Computadores	121.688	106.159	15.090	-	-	-	19.067	-	11.551
Instalações interiores - Obras diversas	1.542.850	1.080.000	-	-	-	-	154.285	-	308.565
Programas de computador	193.870	129.847	23.400	-	-	-	54.660	-	32.763
Equipamento informático	3.940	3.940	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.088.624</b>	<b>1.518.065</b>	<b>38.490</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>256.168</b>	<b>-</b>	<b>352.880</b>

No decorrer do exercício foram adquiridos ativos tangíveis no valor de 38.490 euros, tendo sido mantidos os critérios para o cálculo das depreciações no exercício.

Considera-se que o valor contabilístico relevado não difere significativamente do valor de realização dos ativos tangíveis detidos. No exercício de 2015 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos tangíveis.

## 20. Outros ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2015 são analisados como segue:

RUBRICAS	(valores em euros)								
	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo Final Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
ATIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas com aplicações informáticas - Software Informático	469.481	469.481	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	313.034	-	-	-	-	-	313.034
<b>Total</b>	<b>469.481</b>	<b>469.481</b>	<b>313.034</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>313.034</b>

## 21. Provisões técnicas, líquidas de resseguro cedido

De seguida, apresenta-se a descrição da decomposição das provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido para os exercícios de 2015 e 2014:

	(valores em euros)					
	2015			2014		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Provisão para prémios não adquiridos	2.830.605	341.973	2.488.633	2.756.975	354.236	2.402.740
Provisão para sinistros	7.752.489	457.933	7.294.556	8.081.059	366.982	7.714.078
Provisão para riscos em curso	389.389	-	389.389	228.210	-	228.210
<b>Total</b>	<b>10.972.484</b>	<b>799.906</b>	<b>10.172.578</b>	<b>11.066.245</b>	<b>721.218</b>	<b>10.345.027</b>

### Provisão para prémios não adquiridos

De seguida, apresenta-se o detalhe, por ramo, da Provisão para Prémios Não Adquiridos e dos Custos de Aquisição Diferidos, para os exercícios de 2015 e 2014.

	(valores em euros)					
	2015			2014		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Prémios não adquiridos	3.504.775	341.973	3.162.802	3.244.401	354.236	2.890.165
Acidentes Pessoais	1.396	-	1.396	1.615	-	1.615
Doença	5.509	-	5.509	6.502	-	6.502
Automóvel	2.911.175	-	2.911.175	2.747.854	-	2.747.854
Resp. Civil Geral	75	-	75	-	-	-
Proteção Jurídica	113.130	-	113.130	90.458	-	90.458
Assistência	473.489	341.973	131.516	397.972	354.236	43.736
Custos de aquisição diferidos	( 674.170)	-	( 674.170)	( 487.426)	-	( 487.426)
Acidentes Pessoais	( 269)	-	( 269)	( 243)	-	( 243)
Doença	( 1.060)	-	( 1.060)	( 977)	-	( 977)
Automóvel	( 559.986)	-	( 559.986)	( 412.827)	-	( 412.827)
Rep. Civil Geral	( 15)	-	( 15)	-	-	-
Proteção Jurídica	( 21.761)	-	( 21.761)	( 13.590)	-	( 13.590)
Assistência	( 91.079)	-	( 91.079)	( 59.790)	-	( 59.790)
<b>Total</b>	<b>2.830.605</b>	<b>341.973</b>	<b>2.488.633</b>	<b>2.756.975</b>	<b>354.236</b>	<b>2.402.740</b>

**Provisão para sinistros**

A Provisão para Sinistros decompõe-se, por ramos, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, de acordo com o quadro seguinte:

	(valores em euros)					
	2015			2014		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Provisão para sinistros						
Acidentes Pessoais	6.305	-	6.305	2.510	-	2.510
Doença	30	-	30	30	-	30
Automóvel	7.746.155	457.933	7.288.221	8.078.519	366.982	7.711.538
Resp. Civil Geral	-	-	-	-	-	-
Proteção Jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7.752.489</b>	<b>457.933</b>	<b>7.294.556</b>	<b>8.081.059</b>	<b>366.982</b>	<b>7.714.078</b>

A provisão para sinistros inclui uma provisão, estimada no montante de 366.846 euros (em 2014 era de 435.026 euros), relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR). Inclui, ainda, uma estimativa, no montante de 281.832 euros (em 2014 era de 192.110 euros), para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

Abaixo seguem os triângulos atuariais relativos à provisão para sinistros, bem como a indicação dos montantes pagos para os anos de ocorrência.

Ano	(valores em euros)							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
2008	2.521.884	838.760	793.531	511.347	343.504	194.111	128.180	60.147
2009	-	6.201.632	2.600.912	1.604.871	1.474.104	1.307.783	1.043.574	610.725
2010	-	-	7.738.759	1.909.137	1.214.034	766.203	455.024	186.770
2011	-	-	-	6.997.198	1.952.212	1.207.313	1.370.455	945.859
2012	-	-	-	-	4.893.399	825.498	400.775	352.244
2013	-	-	-	-	-	4.204.532	962.935	661.294
2014	-	-	-	-	-	-	3.720.116	1.095.028
2015	-	-	-	-	-	-	-	3.840.423
Montantes pagos para os anos de ocorrência	1.855.418	7.558.358	9.517.242	11.020.490	11.004.731	9.901.412	9.294.748	8.993.318

O desenvolvimento da provisão para sinistros relativo a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, em 2015, é o seguinte:

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	(valores em euros)			
	Provisão para sinistros em 31/12/14 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/15 (3)	Reajustamentos (3)-(2)-(1)
<b>Não Vida</b>				
Acidentes Pessoais	2.510	2.106	1.247	843
Doença	30	14.641	30	14.641
Automóvel	8.078.519	3.466.398	3.911.017	(701.104)
Responsabilidade Civil	7.585.513	3.098.622	3.786.390	(700.500)
Outras coberturas	493.007	367.776	124.627	(604)
Resp. Civil Geral	-	2	-	2
Proteção Jurídica	-	6.216	(228)	5.988
Assistência	-	30.795	-	30.795
<b>Total</b>	<b>8.081.059</b>	<b>3.520.157</b>	<b>3.912.066</b>	<b>(648.835)</b>

\* Sinistros ocorridos em 2014 e anteriores

Em 2014, a mesma decomposição foi de acordo com o seguinte quadro:

(valores em euros)

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícos anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	Provisão para sinistros em 31/12/13 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercíco (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/14 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes Pessoais	29	664	-	635
Doença	92	4.045	-	3.953
Automóvel	8.505.321	3.409.030	4.360.943	( 735.347)
Responsabilidade Civil	7.786.812	2.918.004	4.216.550	( 652.257)
Outras coberturas	718.509	491.026	144.393	( 83.090)
Proteção jurídica	-	10.035	-	10.035
Assistência	-	44.036	-	44.036
<b>Total</b>	<b>8.505.441</b>	<b>3.467.810</b>	<b>4.360.943</b>	<b>( 676.688)</b>

\* Sinistros ocorridos em 2013 e anteriores

No final do exercíco de 2015, os custos com sinistros brutos, por ramo, eram de acordo com o seguinte:

(valores em euros)

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2014 (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes Pessoais	1.462	2.194	3.795	7.451
Doença	55.017	9.475	-	64.491
Automóvel	8.130.538	668.525	( 337.713)	8.461.350
Responsabilidade Civil	6.926.301	509.951	( 361.631)	7.074.622
Outras coberturas	1.204.236	158.574	23.918	1.386.729
Resp. Civil Geral	-	6	-	6
Proteção jurídica	-	21.178	-	21.178
Assistência	-	104.924	-	104.924
<b>Total</b>	<b>8.187.016</b>	<b>806.302</b>	<b>( 333.918)</b>	<b>8.659.400</b>

Os custos com sinistros, a 31 de Dezembro de 2014, eram como segue:

(valores em euros)

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2014 (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes Pessoais	-	2.453	2.482	4.935
Doença	12.603	8.687	( 62)	21.227
Automóvel	7.902.396	1.168.717	( 289.883)	8.781.230
Responsabilidade Civil	6.609.756	915.544	( 78.229)	7.447.072
Outras coberturas	1.292.639	253.173	( 211.654)	1.334.158
Proteção jurídica	-	37.098	-	37.098
Assistência	-	162.794	-	162.794
<b>Total</b>	<b>7.914.998</b>	<b>1.379.749</b>	<b>( 287.463)</b>	<b>9.007.284</b>

**Provisão para riscos em curso**

A Provisão para riscos em curso decompõe-se, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, como segue:

	2015			2014		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Liquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Liquido
Provisão para riscos em curso						
Acidentes Pessoais	-	-	-	-	-	-
Doença	-	-	-	-	-	-
Automóvel	389.389	-	389.389	228.210	-	228.210
Resp. Civil Geral	-	-	-	-	-	-
Proteção Jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>389.389</b>	<b>-</b>	<b>389.389</b>	<b>228.210</b>	<b>-</b>	<b>228.210</b>

**22. Outros devedores por operações de seguros e por outras operações**

O saldo desta rubrica, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é analisado como segue:

	(valores em euros)	
	2015	2014
Recibos em cobrança (1)	1.770.317	1.659.075
Reembolsos de sinistros	25.503	55.715
<b>Por operações de seguro direto</b>	<b>1.795.820</b>	<b>1.714.790</b>
Pessoal	1.544	186
IDS (Indemnização Direta ao Segurado)	904.420	860.312
Outros devedores	113.204	136.031
<b>Por outras operações</b>	<b>1.019.168</b>	<b>996.529</b>
<b>Outros devedores por operações de seguros e por outras operações</b>	<b>2.814.988</b>	<b>2.711.319</b>

(1) A rubrica de recibos em cobrança inclui a receita antecipada não cobrada (correspondente aos recibos de prémio emitidos antes de iniciar o período de risco). Em 2015, o valor da receita antecipada à cobrança ascendeu ao valor de 1.700.394 euros (2014: 1.528.327 euros).

**23. Ativos e Passivos por impostos**

Em 31 de Dezembro de 2015 de 2014 as rubricas de ativos e passivos por impostos correntes apresentam a seguinte composição:

	(valores em euros)	
	2015	2014
<b>Ativos por impostos correntes</b>		
Reembolsos Segurança Social	861	5.671
Imposto sobre o rendimento	8.499	12.395
Retenções na fonte efetuadas por terceiros		1.215
<b>Total</b>	<b>9.360</b>	<b>19.281</b>
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	-
Retenções na fonte	18.834	19.148
Imposto de selo	95.307	98.298
Taxa FGA	49.573	48.641
Taxa INEM	26.495	21.580
Taxa ASF	14.224	13.745
Contribuições para a Segurança Social e FCT	25.902	28.172
IVA	2.687	1.934
<b>Total</b>	<b>233.022</b>	<b>231.518</b>

O montante de impostos diferidos e correntes reconhecidos nos resultados do exercício pode ser analisado como segue:

	(valores em euros)	
	2015	2014
Imposto Corrente	14.086	16.765
Imposto Diferido	(8.437)	81.938
Imposto sobre o rendimento do exercício	5.649	98.703

Em 31 de dezembro de 2015 estima-se um imposto corrente sobre o rendimento do exercício no montante de 14.086 euros, 13.921 euros respeitante a tributações autónomas. Neste exercício a Companhia apresenta prejuízo fiscal, pelo que não se encontra registado qualquer valor respeitante a IRC estimado do exercício, para além das tributações autónomas.

Os quadros seguintes evidenciam a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva, nos exercícios de 2015 e 2014:

	(valores em euros)	
	2015	
	Imposto	Taxa
Resultado antes de impostos - exercício de 2015	(1.202.442)	21,00%
IRC sobre o resultado antes de impostos	(252.513)	
Ajustamentos fiscais		
Tributação autónoma	13.921	
Desreconhecimento de impostos diferidos	186.378	
Outros	57.862	
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício</b>	<b>5.649</b>	

	(valores em euros)	
	2014	
	Imposto	Taxa
Resultado antes de impostos - exercício de 2015	400.845	24,50%
IRC sobre o resultado antes de impostos	98.207	
Ajustamentos fiscais		
Benefícios Fiscais	( 42.082)	
Tributação autónoma	10.488	
Alteração de taxa imposto impostos diferidos	75.710	
Outros	( 43.621)	
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício</b>	<b>98.703</b>	

A taxa de imposto diferido para a Companhia é analisado como segue:

	2015	2014
Taxa IRC (a)	21,0%	21,0%
Taxa Derrama Municipal	1,5%	1,5%
Taxa Derrama Estadual	-	-
<b>Total (b)</b>	<b>22,5%</b>	<b>22,5%</b>

(a) aplicada aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais

(b) aplicada aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias

Os impostos diferidos reconhecimentos no balanço são como segue:

	(valores em euros)			
	2015	Variação reconhecida em resultados	Variação em Capitais Próprios	2014
<b>Impostos Diferidos Ativos</b>	<b>330.930</b>	<b>8.437</b>	<b>65.236</b>	<b>257.257</b>
<b>POR DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS</b>	<b>261.820</b>	<b>194.815</b>	<b>65.236</b>	<b>1.769</b>
Reserva de reavaliação de justo valor	67.005	-	65.236	1.769
Provisões e imparidades não aceites	194.815	194.815	-	-
<b>POR PREJUÍZOS FISCAIS</b>	<b>69.110</b>	<b>( 186.378)</b>	<b>-</b>	<b>255.488</b>
<b>Impostos Diferidos Passivos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Impostos Diferidos Ativos/(Passivos) líquidos</b>	<b>330.930</b>	<b>8.437</b>	<b>65.236</b>	<b>257.257</b>

Os impostos diferidos ativos de prejuízos fiscais por ano de caducidade são analisados como segue:

	2015	2014
2015	-	255.488
2027	69.110	-
<b>Total</b>	<b>69.110</b>	<b>255.488</b>

Em 2015 a Companhia desreconheceu o valor de 255.488, montante de impostos diferidos ativos cujo prazo para dedução terminava neste exercício.

O reporte de prejuízos fiscais reconhecidos nas contas de 2015 tem por base o Plano de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração, e tem como prazo de caducidade o exercício de 2027.

#### 24. Acréscimos e diferimentos

Nesta rubrica do ativo e passivo estão contabilizados em 2015 e 2014 os seguintes acréscimos e diferimentos:

##### Acréscimos e diferimentos

	(valores em euros)	
	2015	2014
<b>Acréscimos e diferimentos ativos</b>		
Outros acréscimos de rendimentos	-	-
Gastos diferidos com seguros	878	875
Outros gastos diferidos	27.740	17.270
<b>Total</b>	<b>28.619</b>	<b>18.145</b>
<b>Acréscimos e diferimentos passivos</b>		
Receita antecipada diferida	(1.700.394)	(1.528.327)
Juros a liquidar	-	-
Acréscimos de custos com remunerações	(183.153)	(189.836)
Acréscimos de custos com fornecimentos externos ainda não faturados ou não rececionados	(91.601)	(120.949)
<b>Total</b>	<b>(1.975.148)</b>	<b>(1.839.112)</b>

Relativamente à receita antecipada, ver explicação na Nota 22.

O valor registado em Acréscimos de custos com fornecimentos e serviços externos respeita a custos cujas faturas ainda não chegaram à Companhia e que são referentes a ações realizadas no final do exercício.

#### 25. Afetação dos investimentos e de outros ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar os seus investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pela ASF.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a afetação dos investimentos e de outros ativos é analisada como segue:

(valores em euros)

	2015		
	Seguros não vida afetos	Não afetos	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	350.674	380.250	730.924
Outros investimentos financeiros			
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	1.448	1.448
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de capital e unidades de participação	658.129	-	658.129
Títulos de dívida	10.990.910	-	10.990.910
Empréstimos concedidos e contas a receber			
Outros depósitos	524.606	-	524.606
Investimentos a deter até à maturidade			
Títulos de dívida	3.793.915	-	3.793.915
Outros ativos tangíveis	70.576	282.304	352.880
Outros ativos	-	4.275.784	4.275.784
<b>Total</b>	<b>16.388.810</b>	<b>4.939.786</b>	<b>21.328.596</b>

(valores em euros)

	2014		
	Seguros não vida afetos	Não afetos	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	257.506	-	257.506
Outros investimentos financeiros			
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	588	588
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de capital e unidades de participação	380.450	-	380.450
Títulos de dívida	6.186.135	-	6.186.135
Empréstimos concedidos e contas a receber			
Outros depósitos	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade			
Títulos de dívida	11.853.565	-	11.853.565
Outros ativos tangíveis	114.112	456.447	570.559
Outros ativos	-	3.692.904	3.724.733
<b>Total</b>	<b>18.791.768</b>	<b>4.149.939</b>	<b>22.941.707</b>

A percentagem de cobertura das provisões técnicas pelos ativos afetos às provisões técnicas da Sociedade é, no exercício de 2015, de 206% (2014: 256%).

Não foram efetuadas alterações nos critérios de afetação dos ativos.

## 26. Outros passivos financeiros

Em 2015 não existem movimentos registados nesta rubrica.

Em 2014, face à autorização concedida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a N Seguros S.A. procedeu à conversão do empréstimo subordinado, no montante de 9 milhões de euros, concedido a 30 de Dezembro de 2009 pela Lusitania – Companhia de Seguros S.A., em aumento de capital Social, extinguindo-se, assim, o mútuo entre as Companhias.

**27. Outros credores por operações de seguros e por outras operações**

O detalhe desta rubrica, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é analisado como segue:

	(valores em euros)	
	2015	2014
Estornos a pagar	4.193	7.484
Por operações de seguro direto	4.193	7.484
Ressseguradores conta corrente	104.864	213.015
Por outras operações de resseguro	104.864	213.015
Fornecedores	66.129	97.543
Pessoal	18	526
Outros credores	2.863	2.355
Por outras operações	69.010	100.424
<b>Outros credores por operações de seguros e por outras operações</b>	<b>178.067</b>	<b>320.923</b>

**28. Capital próprio**

Em 31 de dezembro de 2015, o Capital próprio da Companhia ascende ao valor de 7.780 milhares de euros.

**Capital**

O capital da Sociedade encontra-se representado por um milhão e quinhentos mil ações nominativas, com valor nominal de 5 euros cada, as quais se encontravam subscritas e realizadas na totalidade pela Lusitania – Companhia de Seguros, SA.

A Companhia apresenta em uma margem de solvência adequada ao exercício da atividade, que se cifra, a 31 de dezembro de 2015, em 206%, (2014: 256%). Para mais detalhes, ver nota 31.

**Reserva de reavaliação**

As reservas de reavaliação são analisadas como segue:

	(valores em euros)	
	2015	2014
Reservas:		
Justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	( 282.777)	14.810
Justo valor de ativos financeiros reclassificados	( 15.022)	( 23.232)
Reserva por impostos diferidos	67.005	1.769
<b>Total</b>	<b>( 230.794)</b>	<b>( 6.653)</b>

**Outras Reservas**

Nesta rubrica estão registados 1.688 milhares de euros em Reservas Livres e 30.214 em Reserva Legal.

**Resultado por ação**

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital próprio ordinário pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

	2015	2014
Resultado Líquido do Exercício	( 1.208.091)	302.143
Número total de ações (Nota 28)	1.500.000	1.500.000
<b>Resultado por ação</b>	<b>-0,81</b>	<b>0,20</b>

**29. Transações com partes relacionadas**

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas da N Seguros as empresas subsidiárias e associadas da Associação Mutualista Montepio Geral, bem como os membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão. São considerados elementos chave de gestão os diretores de primeira linha. Para além dos membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas e entidades por eles controladas ou cuja gestão exercem influência significativa.

A N Seguros, S.A. é detida a 100% pela Lusitania – Companhia de Seguros, S.A., cujo capital é detido em 95,4% pelo Montepio Seguros, SGPS e 4,6% por restantes acionistas.

Nos exercícios de 2015 e 2014 foram atribuídas as seguintes remunerações aos membros dos Órgãos sociais e Direção Executiva:

	2015	2014
Conselho Fiscal	12.725	12.725
	12.725	12.725
Conselho de Administração *		
Remunerações	4.493	-
Encargos sociais	1.748	-
	6.241	-
Direção Executiva		
Remunerações	83.313	79.257
Encargos sociais	19.961	18.542
	103.274	97.799

\* Remuneração do Administrador executivo \*

O Conselho de Administração da Sociedade é composto por 2 elementos com funções executivas: Virgílio Manuel Boavista Lima e António Paulo Silva Gonçalves Raimundo. O primeiro não auferiu qualquer remuneração pelo cargo exercido, e o último passou a auferir remuneração a partir de outubro de 2015.

A remuneração do Conselho Fiscal decompõe-se da seguinte forma:

	(valores em euros)	
	2015	2014
<b>Conselho Fiscal</b>		
Presidente do Conselho Fiscal	4.920	4.920
1º Vogal	4.305	4.305
2º Vogal *	3.500	3.500
	<b>12.725</b>	<b>12.725</b>

(valor dos serviços prestados com IVA incluído)

\* isento de IVA

Os Revisores Oficiais de Contas da Companhia, no âmbito da revisão legal de contas e outros serviços de garantia de fiabilidade, receberam a título de honorários de 2015 o valor de 43.095 euros, excluindo IVA (Nota 8).

Atendendo ao disposto no n.º4 do art.63º do CIRC, identificamos a seguir as partes relacionadas com as quais a N Seguros transacionou bens ou serviços nos exercícios de 2015 e 2014:

- Caixa Económica Montepio Geral, S.A;
- Montepio Gestão de Ativos – SGFI, S.A.
- Montepio Crédito – Instituição Financeira de crédito S.A.
- Lusitania, Companhia de Seguros, S.A;
- Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.

Nos exercícios de 2015 e 2014, as demonstrações financeiras da Companhia incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas:

	(valores em euros)						
	2015						
	Lusitania	Lusitania Vida	CEMG	MONTEPIO HOLDING SGPS	MG GA	MG Credito	Total
<b>Ativo</b>							
Depósitos à ordem	-	-	688.994	-	-	-	688.994
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	524.606	-	-	-	524.606
Ativos financeiros	-	-	144.100	2.596.508	-	-	2.740.608
Gastos diferidos	878,28	-	-	-	-	-	878
<b>Passivo</b>							
Outros credores por operações de seguros e outras operações	1.463	-	-	-	1.064	-	2.527
<b>Ganhos e Perdas</b>							
Fornecimentos e Serviços Externos	(187.119)	(33.409)	-	-	(13.732)	(16.373)	(250.632)
Juros de Investimentos	-	-	684	96.508	-	-	97.192

	2014					Total
	Lusitania	Lusitania Vida	CEMG	MG GA	MG Crédito	
<b>Ativo</b>						
Depósitos à ordem	-	-	173.935	-	-	173.935
Ativos Financeiros	-	-	4.719.400	-	-	4.719.400
Gastos Diferidos	875	-	-	-	-	875
<b>Passivo</b>						
Outros credores por operações de seguros e outras operações	2.260	-	-	-	-	2.260
<b>Ganhos e Perdas</b>						
Fornecimentos e Serviços Externos	(263.976)	(32.451)	-	16.460	(275)	(280.242)
Juros de depósitos	-	-	284	-	-	284
Juros de investimentos	-	-	180.000	-	-	180.000
Juros de empréstimo subordinado	(62.624)	-	-	-	-	(62.624)
Outros rendimentos e ganhos	-	11.739	-	-	-	11.739

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado, nas respetivas datas.

### 30. Gestão de riscos

De seguida apresentar-se-ão, de forma breve, os princípios inerentes à gestão de riscos na N Seguros, os quais integram o enquadramento legal existente e a necessidade de equilibrar a gestão da performance da Companhia com a gestão dos respetivos riscos, contribuindo para um crescimento sustentável da Empresa.

O risco é um conceito usado para expressar as preocupações com os efeitos prováveis de um ambiente incerto. Como o futuro é desconhecido, diferentes ocorrências poderão ter um impacto significativo (positivo ou negativo) nas metas e objetivos da organização.

Gerir o risco não é mais do que considerar esta incerteza no contexto da estratégia de negócio. Trata-se, em resumo, de um processo que permite identificar, avaliar, gerir e controlar potenciais acontecimentos de forma a fornecer uma garantia razoável relativamente ao prosseguimento dos objetivos da organização.

Assim sendo, o processo de gestão de risco normalmente inicia-se com a identificação e avaliação dos diversos riscos a que a atividade está exposta. Tendo em conta o contexto da atividade seguradora, as referências para a identificação dos riscos foram as seguintes:

- Solvência II: O Pilar 2 determina a necessidade de integrar os requisitos qualitativos, nomeadamente o sistema de governação, que inclui mecanismos de gestão de riscos, de controlo interno, as funções-chave e o processo de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA);
- A Norma Regulamentar 14/2005 R, onde a ASF define os princípios gerais aplicáveis ao desenvolvimento dos sistemas de gestão de risco e de controlo interno nas empresas de seguros;
- A Circular 7/2009 da ASF: corresponde à Orientação Técnica que vem estabelecer um conjunto de princípios operacionais e orientações relativamente aos riscos identificados na Norma Regulamentar 14/2005, salientando e desenvolvendo alguns riscos que justificam uma abordagem detalhada.

Com efeito, as principais categorias identificadas para a N Seguros foram as que se seguem, definidas do seguinte modo:

- a. Risco Estratégico:** Risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas ao nível dos objetivos estratégicos da empresa, às estratégias de negócio desenvolvidas para atingir esses objetivos, bem como à implementação imprópria de decisões, insuficiência de recursos ou falta de capacidade de resposta às alterações em termos económicos, tecnológicos, competitivos, regulatórios ou a outras alterações ocorridas no mercado.
- b. Risco Específico de Seguros:** Risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.
- c. Risco de Mercado:** Risco de movimentos adversos no valor de ativos da empresa relacionados com variações dos mercados de capitais, dos mercados cambiais, das taxas de juro e do valor do imobiliário. Este risco inclui também os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados e está fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e responsabilidades.
- d. Risco de Crédito:** Risco de incumprimento (*default*) ou de alteração na qualidade creditícia dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa está exposta, bem como dos devedores, prestatários, tomadores de seguro e resseguradores que com ela se relacionem. Nos casos relacionados com a qualidade creditícia, o risco deverá também ser analisado como oportunidade, no caso da alteração se revelar mais positiva do que a anterior.
- e. Risco de Concentração:** Risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos, linhas de negócio ou clientes, com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou de solvência da empresa.
- f. Risco de Liquidez:** Risco que advém da possibilidade da empresa não deter os ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários, necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores, à medida que eles se vencem.
- g. Risco Operacional:** Risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado às perdas originadas nas operações diárias da empresa.
- h. Risco de Reputação:** Risco da empresa incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Resulta também do desempenho da empresa nos outros riscos.

Das várias categorias de Risco identificadas, gostaríamos de abordar, de forma sucinta, as seguintes:

#### ***Risco Específico de Seguros***

Existem várias vertentes associadas a este risco, nomeadamente: o desenho de produtos e a tarifação; a subscrição; o provisionamento das responsabilidades; a gestão dos processos de sinistro e o resseguro.

Uma das subcategorias mais importantes é o risco associado à subscrição. Aí estão representados os vários tipos de riscos que estão direta ou indiretamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade na garantia das obrigações. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como os riscos catastróficos.

O risco de prémios, ou de subtarifação, é controlado por modelos atuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões.

**Risco específico de seguros (antes e após resseguro), incluindo informações acerca das análises de sensibilidade efetuadas, concentrações de risco e sinistros efetivos comparados com estimativas anteriores**

Com o intuito de verificar o ajustamento das estimativas de sinistros não declarados efetuadas em 2014 aos valores efetivamente verificados, apurou-se uma margem de conforto considerável:

Resumo do Custo com Sinistros IBNR Verificado Vs. Estimado

(valores em euros)

Ano Ocorrência	RCD Corporais		
	Previstos	Verificados	Diferença
2008	0	-14.596	14.596
2009	0	6.225	-6.225
2010	0	-47.459	47.459
2011	0	-8.960	8.960
2012	23.709	-9.336	33.045
2013	52.089	44.131	7.958
2014	357.408	233.260	124.148
<b>Total</b>	<b>433.206</b>	<b>203.264</b>	<b>229.942</b>

Resumo dos sinistros IBNR de Responsabilidade Civil Verificados Vs. Estimados

	RCD Materiais			RCD Corporais			Outras Coberturas		
	Previstos	Verificados	Diferença	Previstos	Verificados	Diferença	Previstos	Verificados	Diferença
2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	1	(1)
2010	-	-	-	-	-	-	-	2	(2)
2011	-	1	(1)	-	2	(2)	-	2	(2)
2012	2	5	(3)	1	1	-	31	4	27
2013	12	17	(5)	3	2	1	3	4	(1)
2014	203	186	17	10	22	(12)	47	130	(83)
<b>Total</b>	<b>217</b>	<b>209</b>	<b>8</b>	<b>14</b>	<b>27</b>	<b>-13</b>	<b>81</b>	<b>143</b>	<b>-62</b>

Com o objetivo de testar a sensibilidade da variável mais relevante na Sociedade optou-se por efetuar uma alteração na taxa de sinistralidade líquida de Resseguro, onde se concluiu que uma variação de 5 pontos percentuais nesta variável (€480.728,96, relativamente a sinistros do exercício), implica uma alteração de €755.139,61 no resultado.

A N Seguros realiza análises de sensibilidade às principais rubricas de custos relacionados com a gestão do negócio, avaliando os eventuais impactos nos resultados antes de impostos:

2015		Variação custos com sinistros								
Euros		-20%	-15%	-10%	-5%	0	5%	10%	15%	20%
Variação custos de exploração	-20%	3.125	2.555	1.984	1.414	663	(222)	(1.114)	(2.007)	(2.899)
	-15%	3.012	2.441	1.871	1.300	500	(389)	(1.282)	(2.174)	(3.067)
	-10%	2.899	2.328	1.757	1.187	335	(557)	(1.450)	(2.342)	(3.235)
	-5%	2.785	2.215	1.644	1.039	168	(725)	(1.617)	(2.510)	(3.402)
	0%	2.672	2.101	1.531	876	0	(893)	(1.785)	(2.678)	(3.570)
	5%	2.558	1.988	1.417	713	(168)	(1.060)	(1.953)	(2.845)	(3.738)
	10%	2.445	1.874	1.304	550	(335)	(1.228)	(2.121)	(3.013)	(3.906)
	15%	2.331	1.761	1.190	386	(503)	(1.396)	(2.288)	(3.181)	(4.073)
	20%	2.218	1.647	1.077	222	(671)	(1.564)	(2.456)	(3.349)	(4.241)

2014		Variação custos com sinistros								
Euros		-20%	-15%	-10%	-5%	0	5%	10%	15%	20%
Variação custos de exploração	-20%	2.792	2.236	1.681	1.126	508	(357)	(1.223)	(2.089)	(2.955)
	-15%	2.706	2.151	1.595	1.040	381	(484)	(1.350)	(2.216)	(3.084)
	-10%	2.621	2.065	1.510	955	254	(612)	(1.477)	(2.346)	(3.219)
	-5%	2.535	1.980	1.424	869	127	(739)	(1.607)	(2.480)	(3.354)
	0%	2.449	1.894	1.339	784	-	(868)	(1.741)	(2.615)	(3.488)
	5%	2.364	1.809	1.253	698	(129)	(1.002)	(1.876)	(2.749)	(3.623)
	10%	2.278	1.723	1.168	610	(263)	(1.137)	(2.011)	(2.884)	(3.758)
	15%	2.193	1.638	1.081	475	(398)	(1.272)	(2.145)	(3.019)	(3.892)
	20%	2.107	1.551	988	341	(533)	(1.406)	(2.280)	(3.153)	(4.027)

Para além do Risco Específico de Seguros, a N Seguros está exposta a uma variedade de riscos através dos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos. Isto é, o risco financeiro a que a Companhia está exposta corresponde a uma incapacidade potencial de cumprir com as suas responsabilidades se os rendimentos gerados pelos ativos não cobrirem as obrigações decorrentes dos contratos de seguros.

Existe um conjunto de riscos diretamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções de investimento, financiamento e de gestão integrada dos ativos e passivos financeiros, e não diretamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, e incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

#### **Risco de Mercado**

Conforme definido anteriormente, o risco de mercado deriva em grande parte do nível e da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros.

Na N Seguros, a gestão do risco de mercado é feita sobretudo através dos princípios constantes na sua política de Investimento, respeitando as regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente e pautando-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Em finais de 2014, a sensibilidade da carteira (*duration*) a variações de 1 ponto percentual (p.p.) da taxa de juro de mercado situava-se nos 2,48. Para 2015, a *duration* aumentou para 3,64, refletindo, essencialmente, a extensão das maturidades médias das obrigações detidas em carteira.

N Seguros	dez-14	jun-15	dez-15
<i>Duration</i>	2,48	3,39	3,64
(Em número de anos)			

Em 2015 e 2014, o impacto estimado no valor da carteira originado por uma variação de 100 "basis points" da taxa de juro apresenta a seguinte decomposição:

[valores em euros]			[valores em euros]		
2015			2014		
	-100 pb	+100 pb		-100 pb	+100 pb
<b>Impacto:</b>	558.482	( 517.853)	<b>Impacto:</b>	464.299	( 431.117)
<b>Pressupostos:</b>			<b>Pressupostos:</b>		
Carteira de títulos analisada	14.784.825		Carteira de títulos analisada	18.039.701	
Duration	3,64		Duration	2,48	
Convexidade	27,48		Convexidade	18,39	
Variação Taxa de juro (bp)	100,0		Variação Taxa de juro (bp)	100,0	

### **Risco de Crédito**

Conforme anteriormente referido, o risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia das várias contrapartes.

Neste âmbito, consideramos pertinente efetuar algumas análises, nomeadamente, à qualidade creditícia do nosso painel de resseguradores, e à qualidade dos títulos de dívida em carteira.

No que diz respeito à qualidade creditícia dos resseguradores, apresentamos de seguida o rating dos elementos constantes no nosso painel.

RESSEGURADOR	2015	2014
EUROP ASSISTANCE	NR	NR
COMPAGNIE SUISSE DE RÉASSURANCES	AA-	AA-
MUNCHENER RÜCKVERSICHERUNGS-GESELLSCHAFT	AA-	AA-
ASSURANCES MUTUELLES DE FRANCE	A	A
MAPFRE RE	A	A
NACIONAL REASSEGUROS PER AON BENFIELD	A-	A-
ODYSSEY RE PER AON BENFIELD	A	A
PARTNER RE PER AON BENFIELD	A+	A+
R+V PER AON BENFIELD	AA-	AA-
SCOR IBERICA LTD	A+	A+

No quadro seguinte podemos ver a qualidade dos títulos de dívida, possuídos em carteira pela Companhia:

(valores em euros)

Rating	2015	Peso	2014	Peso
AAA	-	0%	-	0%
AA	-	0%	-	0%
AA-	102.370	1%	-	0%
A+	-	0%	-	0%
A	-	0%	-	0%
A-	302.637	2%	-	0%
BBB+	1.495.884	10%	49.504	0%
BBB	1.542.432	10%	773.373	4%
BBB-	1.284.143	9%	354.720	2%
BB+	4.263.413	29%	3.315.746	18%
BB	141.655	1%	1.451.357	8%
BB-	262.827	2%	2.114.534	12%
B+	205.101	1%	-	0%
B	-	0%	208.143	1%
B-	-	0%	5.040.376	28%
CCC	-	0%	-	0%
CCC-	-	0%	-	0%
n.a.	5.184.362	35%	4.731.947	26%
<b>Total</b>	<b>14.784.825</b>	<b>100%</b>	<b>18.039.701</b>	<b>100%</b>

Como podemos verificar, os títulos de dívida com rating igual ou superior a BB+ aumentaram o seu peso para 61% (em 2014 representavam 25%).

Adicionalmente, efetuou-se a desagregação dos títulos de dívida pelos vários setores de atividade:

(valores em euros)

Setor	2015	Peso	2014	Peso
Materiais Básicos	312.939	2%	920.381	5%
Comunicações	1.244.660	8%	1.411.731	8%
Bens de Consumo, Cíclico	406.871	3%	-	0%
Bens de Consumo, Não Cíclico	352.875	2%	354.720	2%
Energia	1.236.887	8%	2.901.327	16%
Financeiro	3.353.529	23%	7.621.973	42%
Estatal	4.322.834	29%	851.650	5%
Matérias Primas	2.253.376	15%	663.203	4%
Industrial	312.857	2%	1.105.722	6%
Diversificado	987.998	7%	2.208.994	12%
<b>Total</b>	<b>14.784.825</b>	<b>100%</b>	<b>18.039.701</b>	<b>100%</b>

Em 2015, de acordo com o apresentado, os títulos de dívida encontram-se mais diversificados do que em 2014, embora o setor financeiro e a dívida governamental representem uma fatia importante (52% do total).

De seguida, evidenciam-se os títulos de dívida por país de risco do emitente:

(valores em euros)

País de Risco	2015	Peso	2014	Peso
ALEMANHA	102.370	1%	-	0%
ESPAÑA	251.020	2%	248.705	1%
FRANÇA	304.500	2%	-	0%
HOLANDA	1.066.137	7%	-	0%
ITÁLIA	209.021	1%	-	0%
PORTUGAL	12.299.857	83%	17.216.824	95%
SUIÇA	551.919	4%	574.172	3%
Total	14.784.825	100%	18.039.701	100%

É possível verificar que os títulos de dívida de emitentes portugueses representam 83% do total.

No quadro abaixo, apresentamos os títulos de dívida pública por país:

(valores em euros)

Dívida pública	2015	Peso	2014	Peso
ALEMANHA		0%	-	0%
ESPAÑA		0%	-	0%
ITÁLIA		0%	-	0%
PORTUGAL	4.322.834	100%	1.200.783	100%
HOLANDA		0%	-	0%
FRANÇA		0%	-	0%
Total	4.322.834	100%	1.200.783	100%

O valor dos títulos de dívida pública encontram-se exclusivamente concentrados em Portugal.

#### **Risco de Liquidez**

Este risco advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários para cumprir com as suas responsabilidades perante tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando devidas.

No quadro seguinte, podemos verificar a maturidade dos títulos de dívida em carteira:

(valores em euros)

Maturidade dos ativos	2015	Peso	2014	Peso
Até 12 meses	4.237.728	29%	10.196.626	57%
1 a 3 anos	1.339.735	9%	973.787	5%
3 a 5 anos	2.622.236	18%	2.546.209	14%
mais de 5 anos	6.585.126	45%	4.323.079	24%
Total	14.784.825	100%	18.039.701	100%

Durante o ano de 2015 foram alargadas as maturidades da carteira da N Seguros (os títulos com maturidade até 3 anos diminuíram o seu peso de 62% para 38%). Os títulos com maturidades mais longas aumentaram para 45%.

As maturidades relativas aos instrumentos financeiros são analisadas como segue, para 2015 e 2014:

Risco de Liquidez	Maturidade					
	2015	Até 12 meses	1-2 anos	2-5 anos	>=5 anos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	730.924					730.924
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.448					1.448
Outros investimentos	1.448					1.448
Ativos disponíveis para venda	4.392.519	205.101	466.292	6.585.126		11.649.038
Dívida Pública			363.922	3.775.277		4.139.198
Outros Emissores	3.734.391	205.101	102.370	2.809.849		6.851.711
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	658.129					658.129
Empréstimos e contas a receber	524.606					524.606
Outros depósitos	524.606					524.606
Investimentos a deter até à maturidade	503.338		3.290.577			3.793.915
Dívida Pública			183.636			183.636
Outros Emissores	503.338		3.106.942			3.610.280
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2.793.935					2.793.935
<b>Total dos Ativos Financeiros</b>	<b>8.946.770</b>	<b>205.101</b>	<b>3.756.869</b>	<b>6.585.126</b>		<b>19.493.867</b>
Outros credores por operações de seguros e outras operações	178.067					178.067
<b>Total dos Passivos Financeiros</b>	<b>178.067</b>					<b>178.067</b>
<b>Líquido</b>	<b>8.768.703</b>	<b>205.101</b>	<b>3.756.869</b>	<b>6.585.126</b>		<b>19.315.799</b>

Risco de Liquidez	Maturidade					
	2014	Até 12 meses	1-2 anos	2-5 anos	>=5 anos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	257.506					257.506
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	588					588
Outros investimentos	588					588
Ativos disponíveis para venda	3.599.110	49.603	208.143	2.709.728		6.566.585
Dívida Pública				921.206		921.206
Outros Emissores	3.218.660	49.603	208.143	1.788.522		5.264.929
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	380.450					380.450
Investimentos a deter até à maturidade	6.977.966	716.040	2.546.209	1.613.351		11.853.566
Dívida Pública	98.799		96.215	84.564		279.577
Outros Emissores	6.879.167	716.040	2.449.994	1.528.787		11.573.989
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2.677.004					2.677.004
<b>Total dos Ativos Financeiros</b>	<b>13.512.174</b>	<b>765.643</b>	<b>2.754.352</b>	<b>4.323.079</b>		<b>21.355.249</b>
Outros credores por operações de seguros e outras operações	320.923					320.923
<b>Total dos Passivos Financeiros</b>	<b>320.923</b>					<b>320.923</b>
<b>Líquido</b>	<b>13.191.250</b>	<b>765.643</b>	<b>2.754.352</b>	<b>4.323.079</b>		<b>21.034.326</b>

### Risco Operacional

Risco de perdas resultante da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Este risco está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui, ainda, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio.

Ao nível dos sistemas de informação, o modelo de redundância de gestão de sistemas existente na N Seguros permite à Companhia o acesso à informação em qualquer ponto do país, sem que ocorra interrupção na continuidade do negócio.

A gestão estratégica de ativos é decidida pelo Conselho de Administração, em conformidade com a política de investimento aprovada, e executada pela Direção Executiva. A gestão de ativos deve ser realizada dentro de um prudente equilíbrio entre segurança, rentabilidade e liquidez.

### Política de Gestão de Risco

Na N Seguros, a gestão do risco assume um papel estratégico, de acordo com a missão, visão e valores da Empresa, e assenta em princípios da gestão integrada do risco, enquanto ferramenta de gestão estratégica, geradora de valor e que aporta vantagens competitivas, materializando-se na organização através de:

- Difusão de uma cultura de risco – envolvendo diversas áreas técnicas e operacionais da Companhia;
- Consideração de critérios de gestão de risco na tomada de decisões a nível estratégico, operacional e de controlo;
- Ligação do risco aos processos de negócio e suporte, os quais são transversais à atividade;
- Existência de uma dimensão de controlo.

A gestão integrada do risco traduz-se, assim, em ações a três níveis:

#### 1.º Nível – Estratégico:

A gestão integrada de riscos tem como objetivos, num primeiro nível:

- A avaliação dos riscos;
- A definição do *risk appetite* e da *risk tolerance*;
- A integração do risco no processo de tomada de decisões estratégicas.

#### 2.º Nível – Operacional:

- Num segundo nível temos a função de risco e controlo, responsável por definir a política de *risk management* e implementar os processos e ferramentas de avaliação, monitorização e gestão. Este processo de definição de controlos é descentralizado, tendo por base o conceito de donos de risco (*risk owners*).

#### 3.º Nível – Controlo:

- Por último, o controlo associado a questões de *compliance*, estratégia, processos, políticas e procedimentos.

### 31. Solvência

De acordo com a legislação vigente, as seguradoras devem dispor, em cada exercício económico, de um património não comprometido (margem de solvência) e de um fundo de garantia (um terço da margem de solvência) que representam certas percentagens e montantes mínimos legalmente estabelecidos pela Norma 6/2007-R, alterada pelas Normas Regulamentares 12/2008-R e 4/2011-R, emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões.

A margem de solvência da Companhia, em 2015 e 2014, apresenta-se conforme abaixo discriminado:

	(valores em euros)	
	2015	2014
Capital	7.500.000	7.500.000
Outros instrumentos de capital	-	-
Reservas	( 297.799)	( 8.422)
Reserva por Impostos Diferidos	67.005	1.769
Outras Reservas	1.718.634	1.688.420
Resultados Transitados	-	-
Resultado líquido do exercício, deduzido das distribuições efetivas	( 1.208.091)	302.143
<b>Valor de Balanço</b>	<b>7.779.749</b>	<b>9.483.910</b>
Ajustamentos	( 167.777)	-
Margem de Solvência disponível	7.611.973	9.483.910
Margem de Solvência requerida	3.700.000	3.700.000
<b>Rácio de Solvência</b>	<b>206%</b>	<b>256%</b>

### 32. Compromissos

Em 2015 e 2014, os montantes registados em Locação respeitam a contratos de locação operacional, relativos ao aluguer de viaturas sem condutor, celebrados com a empresa Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Seguem-se valores das responsabilidades assumidas pela Companhia nos exercícios de 2015 e 2014:

	(valores em euros)		
	2015		
	Valores dos contratos	Obrigações futuras até 1 ano	Obrigações futuras de 1 a 5
Aluguer Operacional de Viaturas	85.141	16.351	30.661
<b>Total</b>	<b>85.141</b>	<b>16.351</b>	<b>30.661</b>

No exercício de 2015, foram registados gastos desta natureza no valor de 9.958 euros.

### 33. Justo valor

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

(valores em euros)

ATIVOS	2015		2014	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	730.924	730.924	257.506	257.506
Empréstimos concedidos e contas a receber	524.606	524.606	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	3.793.915	3.626.138	11.853.565	12.285.403
Outros devedores	2.793.935	2.793.935	2.680.523	2.680.523
<b>Total</b>	<b>7.843.380</b>	<b>7.675.604</b>	<b>14.791.594</b>	<b>15.223.432</b>

PASSIVOS	2015		2014	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Passivos Subordinados	-	-	-	-
Outros Credores	178.067	178.067	324.443	324.443
<b>Total</b>	<b>178.067</b>	<b>178.067</b>	<b>324.443</b>	<b>324.443</b>

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cashflows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Companhia são os seguintes:

#### Caixa e seus equivalentes

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

#### Empréstimos concedidos e contas a receber e devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações.

Tendo em conta que, por norma, estes ativos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço. A avaliação destes instrumentos é considerada no nível III.

### Investimentos detidos até à maturidade

Estes ativos financeiros e os passivos subordinados estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os investimentos detidos até à maturidade foram avaliados no nível I.

### Outros passivos e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que, por norma, estes ativos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço. A avaliação destes instrumentos é considerada no nível III.

### 34. Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

### 35. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

#### *IFRIC 21 – Taxas*

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta interpretação foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de Junho.

Esta nova interpretação define taxas (*levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da N Seguros.




### *Melhoramentos às IFRS (2011-2013)*

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2015).

- IFRS 1 – Conceito de “IFRS efectivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

- IFRS 3 – Excepções ao âmbito de aplicação para joint ventures

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal excepção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

- IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – excepção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma excepção para mensurar o justo valor de grupos de activos ou passivos na base líquida. O objectivo desta alteração consiste na clarificação que a excepção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de activo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.



- IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.

O objectivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um activo, de um grupo de activos ou de uma concentração de uma actividade operacional abrangida pela IFRS 3.

A N Seguros não registou quaisquer impactos na aplicação destas melhorias nas suas demonstrações financeiras.

A N Seguros decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adoptadas pela União Europeia:

*IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados*

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efectuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efectuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

A N Seguros não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

*Melhoramentos às IFRS (2010-2012)*

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

- IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (vesting)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Acções, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

- IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais

O objectivo da alteração visa clarificar certos aspectos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um activo ou passivo não-financeiro.

- IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos activos dos segmentos reportáveis e os activos da empresa.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os factores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis para o total dos activos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

- IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor actual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

- IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

- IAS 24 – Transacções com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

A N Seguros não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

*Melhoramentos às IFRS (2012-2014)*

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

- *IFRS 5 Activos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição*

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um activo (ou um grupo em descontinuação) directamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

- *IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados*

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

- *IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das Emendas à IFRS 7 na compensação de activos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas*

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em Dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de activos e passivos financeiros – não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

- *IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional*

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado activo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

- *IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações "em outras partes do relatório financeiro intercalar"*

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e, ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

A N Seguros não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

*IAS 27: Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas*

O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efectiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de Dezembro de 2015.

A presente norma não é aplicável à Companhia.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a N Seguros*IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)*

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os activos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de "detido até à maturidade", "disponível para venda" e "contas a receber e a pagar".

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um activo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de Janeiro de 2018.

A N Seguros iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das actividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da N Seguros.

#### *IFRS 15 Rédito de contratos com clientes*

O IASB, emitiu, em Maio de 2014, a norma IFRS 15 Rédito de contratos com clientes de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adopção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transacções de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A N Seguros encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adopção desta norma.

#### *IFRS 14 Contas Diferidas Regulatórias*

O IASB emitiu em 30 de Janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adopta pela primeira vez as IFRS e tem actividade com tarifa regulada.

A presente norma não é aplicável à N Seguros.

#### *IFRS 16 - Locações*

O IASB, emitiu, em 13 de Janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019. A sua adopção antecipada é permitida desde que adoptada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 remove a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de activos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A N Seguros não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

#### *Outras alterações*

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicável aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (“*Bearer Plants*”) (emitida em 30 de Junho e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de Novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de Maio e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de Dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de Maio e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de Novembro);
- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28: Entidades de Investimento: Aplicação da excepção de consolidação (emitida em 18 de Dezembro);
- Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de Dezembro).

A N Seguros não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS  
31 de Dezembro de 2015

(valores em euros)

Código	DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço	
							urutário*	Total
<b>2 - OUTROS</b>								
<b>2.1 - Títulos nacionais</b>								
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
PTCMHUI00015	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO CEMG	220.000,00			0,90	199.002,48		144.100
PTYMGHLM0004	Montepio Ac. Europa	2.457,00			47,48	116.650,86		111.641
	sub-total	222.457,00				315.653,34		255.741
2.1.2 - Títulos de dívida								
2.1.2.1 - De dívida pública								
PTOTESCOE0007	PGB 4.1% 15/04/37	289.000,00	101,98			294.714,89	111,84	323.225
PTOTESCOE0013	PGB 2.20% 17/10/2022 - Tx. 2.20% (1º PAG JUROS 09/09/2015)	400.000,00	101,78			407.126,36	102,77	411.084
PTOTESCOE0011	PGB 2.875% 15/10/25 - Tx. 2.88%	887.000,00	103,30			918.305,95	103,67	919.596
PTOTESCOE0018	OT-4.85%-15.06.2018	100.000,00	100,40			100.397,00	97,86	97.857
PTOTESCOE0029	OT-4.8%-15.06.2020	90.000,00	97,33			87.593,92	95,31	85.778
XS0230315748	PARPÚBLICA 3,567 09/22/20	350.000,00	100,05			350.182,00	103,98	363.922
PTOTESCOE0015	OT 5,65 02/15/2024	900.000,00	127,49			1.147.414,30	128,99	1.160.937
PTPETUOM0018	PARPÚBLICA 3,75 07/05/2021	900.000,00	107,45			967.089,09	106,72	960.435
	sub-total	3.916.000,00				4.270.823,51		4.322.834
2.1.2.3 - De outros emissores								
PTSEMCOE0006	SEMAPA - TV (20.04.2016)	50.000,00	92,09			46.046,92	100,22	50.112
PTBITHOM0057	BCPPL 3.375 27/02/17 - Tx. 3.38%	200.000,00	102,92			205.838,74	102,55	205.101
PTGALJOE0008	GALPPL 3% 14/01/21	1.200.000,00	102,33			1.227.901,17	103,07	1.236.887
XS0221854200	PORTEL 4.5 16/06/25	300.000,00	101,55			304.651,00	47,22	341.655
XS1031018911	VW 1.50% 13/02/2019 - Tx. 1.50%	100.000,00	98,58			98.578,10	102,37	102.370
PTBENJOM0015	BANCO ESPÍRITO SANTO, SA-4 75%-15.01.2018	500.000,00	98,52			492.606,03	0,00	0
PTBRIHOM0001	BRISA - 4.5% 05.12.2016	350.000,00	101,74			356.076,76	100,82	352.875
PTPTIHOT0014	PORTUGAL SA-5.375%-15.05.2020	257.142,86	102,16			262.705,11	102,21	262.827
PTRELBEOE0017	REN-REDES ENERG.NAC.-4.125%-31.01.2018	900.000,00	100,54			904.856,24	104,02	936.219
PTPCEDOM0000	REFER 4,25% 12/13/2021	200.000,00	108,30			216.609,55	106,54	213.084
PTQ6AJM0029	QUIFEL HOLDING SGPS SA - EM3 04/09/2014 - 31/08/2015	700.000,00	100,00			700.000,00	84,09	588.601
PTFINJOM0004	MONTEPIO HOLDING SGPS SA EM26 19/12/2014 - 18/12/2015	2.100.000,00	100,00			2.100.000,00	103,87	2.181.324
PTFINJFM0002	MONTEPIO HOLDING SGPS SA EM28 31/12/2014 - 23/12/2015	400.000,00	100,00			400.000,00	103,80	415.184
PTD178JM0004	DOURO AZUL EM 05 05/02/2015 - 29/01/2016	150.000,00	95,25			142.873,29	99,60	149.396
PTD02KJM0007	DONGOING S I SGPS SA EM11 20/02/2015 - 18/08/2015	250.000,00	97,99			244.974,26	100,00	250.000
PTLSOJUM0009	LACTKOOP EMA 23/07/2015 - 19/01/2016	100.000,00	97,90			97.895,74	99,77	99.774
	sub-total	7.757.142,86				7.801.612,91		7.185.410
	total	222.457,00	11.673.142,86			12.388.089,76		11.763.985
<b>2.2 - Títulos estrangeiros</b>								
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
LU0011846440	BGF European €	948,00			110,97	105.201,29	112,75	106.887
LU0161305759	SCHRODder INTL EU EQ	1.716,00			62,15	106.818,21	64,20	110.167
LU0200684693	BGF US FLEXIBLE A2H	4.476,00			17,90	80.132,09	17,89	80.076
LU0945775517	Fidelity Amena AH	3.872,00			18,50	52.279,72	13,27	51.381
LU0360484769	MFS US ADVANT ZH	760,00			71,66	54.462,14	70,89	51.896
	sub-total	11.772,00				398.893,45		402.388
2.2.2 - Títulos de dívida								
2.2.2.3 - De outros emissores								
XS0970695572	EDP FINANCE BV-4.875%-14.09.2020	700.000,00	100,25			701.771,72	101,60	711.200
XS0479541699	GAS NATURAL CAPITAL-4.125%-26.01.2018	100.000,00	99,87			99.867,91	100,56	100.557
XS0548801207	IBERDROLA FINANZAS SAU-3.5%-13.10.2016	50.000,00	99,86			49.929,30	99,96	49.981
XS0462994343	PORT TELECOM INT.FIN.-5%-04.11.2019	880.000,00	102,03			897.866,66	101,59	893.984
XS0545097742	RED ELECTRICA FINAN.BV-3.5%-07.10.2016	100.000,00	100,20			100.202,08	100,48	100.482
XS0982774399	REN FINANCE BV-4.75%-16.10.2020	200.000,00	100,15			200.302,68	101,08	202.155
XS0972523947	CREDIT SUISSE 5.75 09/18/2025	500.000,00	111,95			559.765,93	110,38	551.919
XS1111324700	EDP FINANCE BV 2,625% 01/18/2022	150.000,00	104,29			156.439,11	101,85	152.782
XS1169832810	TELECOM ITALIA 3,25% 01/16/2023	200.000,00	104,46			208.913,65	104,51	209.021
FR0011965377	AIR FRANCE KLM 3,875% 06/18/2021	300.000,00	102,27			306.811,17	101,50	304.500
	sub-total	3.180.000,00				3.281.874,21		3.276.581
	total	11.772,00	3.180.000,00			3.680.767,66		3.678.969
<b>3 - TOTAL GERAL</b>		<b>234.229,00</b>	<b>14.853.142,86</b>			<b>16.068.857,42</b>		<b>15.442.954</b>

\* Inclui o valor dos juros decorridos

Contabilista Certificado

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima

António Paulo Gonçalves Raimundo



N SEGUROS, S.A. 2015  
Anexo 2

	(valores em euros)			
Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	Provisão para sinistros em 31/12/14 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/15 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>Não Vida</b>				
Acidentes Pessoais	2.510	2.106	1.247	843
Doença	30	14.641	30	14.641
Automóvel	8.078.519	3.466.398	3.911.017	(701.104)
Responsabilidade Civil	7.585.513	3.098.622	3.786.390	(700.500)
Outras coberturas	493.007	367.776	124.627	(604)
Resp. Civil Geral	-	2	-	2
Proteção jurídica	-	6.216	(228)	5.988
Assistência	-	30.795	-	30.795
<b>Total</b>	<b>8.081.059</b>	<b>3.520.158</b>	<b>3.912.066</b>	<b>(648.835)</b>

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Contabilista Certificado



Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselheiro de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima



António Paulo Gonçalves Raimundo



N SEGUROS, S.A. 2015  
Anexo 3

(valores em euros)

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2015 (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Directo				
Acidentes Pessoais	1.462	2.194	3.795	7.451
Doença	55.017	9.475	-	64.491
Automóvel	8.130.538	668.525	(337.713)	8.461.350
Responsabilidade Civil	6.926.301	509.951	(361.631)	7.074.622
Outras coberturas	1.204.236	158.574	23.918	1.386.729
Resp. Civil Geral	-	6	-	6
Proteção jurídica	-	21.178	-	21.178
Assistência	-	104.924	-	104.924
<b>Total</b>	<b>8.187.016</b>	<b>806.302</b>	<b>(333.918)</b>	<b>8.659.400</b>

Contabilista Certificado



Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima



António Paulo Gonçalves Raimundo



N SEGUROS, S.A. 2015  
Anexo 4

Discriminação de alguns valores por ramos	(valores em euros)				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos e gastos de exploração brutos	Saldo de Resseguro
Seguro Directo					
Acidentes Pessoais	32.084	32.304	7.451	7.572	
Doença	138.579	139.571	64.491	32.733	
Automóvel	9.777.899	9.614.579	8.461.350	2.168.289	13.628
Responsabilidade Civil	7.458.581	7.365.837	7.074.622	1.658.582	13.628
Outras coberturas	2.319.318	2.248.742	1.386.729	509.708	
Resp. Civil Geral	85	9	6	6	
Proteção jurídica	309.750	287.077	21.178	65.179	
Assistência	1.534.628	1.459.111	104.924	332.117	-1.120.633
<b>Total</b>	<b>11.793.025</b>	<b>11.532.651</b>	<b>8.659.400</b>	<b>2.605.896</b>	<b>-1.107.005</b>

Contabilista Certificado



Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima



António Paulo Gonçalves Raimundo



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **N Seguros, S.A.** (“Companhia”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 21.328.596 euros, e um total de capital próprio de 7.779.749 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.208.091 euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações dos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e





- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

- 7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **N Seguros, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações do capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

- 8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 29 de Março de 2016



**KPMG & Associados**

**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**

representada por

Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da N Seguros, SA vem apresentar o relatório da atividade por si desenvolvida no exercício de 2015 e bem assim emitir Parecer sobre os documentos de prestação de contas do mesmo exercício, nos termos da legislação em vigor.

Manteve o Conselho Fiscal contactos frequentes com a Administração, acompanhando de perto a evolução da Companhia e recebendo sempre as informações e os esclarecimentos solicitados.

O Conselho Fiscal acompanhou igualmente a atividade desenvolvida pela KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., tendo recebido em tempo útil a Certificação Legal de Contas e a Confirmação da Independência como auditores.

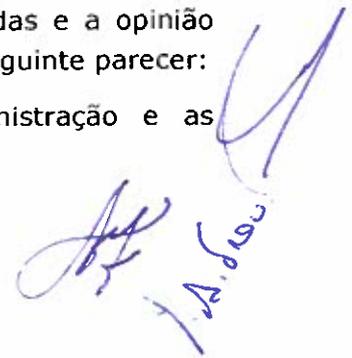
A Certificação Legal de Contas, emitida sem ênfases, merece a concordância do Conselho Fiscal, que destaca ainda como factos relevantes a ocorrência de acontecimentos atípicos no exercício em análise com os impactos que a seguir se descrevem:

- No resultado do exercício de 1 208 milhares de euros, negativo, que compara com o resultado positivo de 302 milhares de euros realizado em 2014. Este resultado foi penalizado pela imparidade registada na carteira de Participações Financeiras, no montante 676 milhares de euros, pelas provisões constituídas para fazer face à falsificação de um cheque emitido pela Lusitania, no valor de 190 milhares de euros e pelo desreconhecimento de impostos diferidos no montante de 255 milhares de euros cujo prazo de recuperação terminava no exercício. Também as provisões para prémios e para sinistros tiveram variações negativas de 421 milhares de euros (variação positiva de 346 milhares em 2014);
- Como consequência deste resultado e da evolução desfavorável das Reservas de Reavaliação, o valor do Capital Próprio fixou-se em 31.12.2015 no montante de 7 780 milhares de euros (9 484 milhares de euros em 2014). A Margem de Solvência, por efeito da redução do capital próprio, baixou de 256%, em 31.12.2014, para 206% no final do exercício.

No decurso dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que violasse as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração todas as informações recebidas e a opinião constante da Certificação Legal de Contas, o Conselho Fiscal emite o seguinte parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2015;

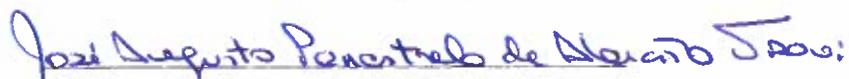
Handwritten signature and stamp in blue ink, likely representing the approval of the Council of Auditors.



2. Que seja aprovada a Proposta de Aplicação de Resultados do Exercício de 2015;
3. Que aos membros do Conselho de Administração seja conferido voto de louvor pelo seu empenho e competência.

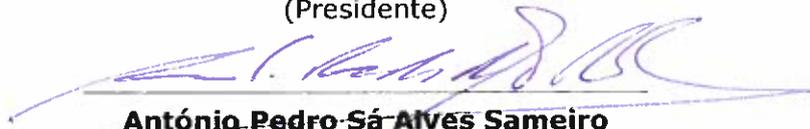
Lisboa, 29 de março de 2016

**O Conselho Fiscal**



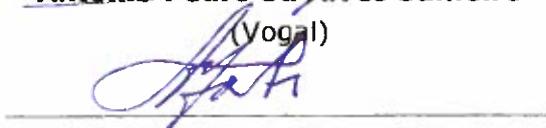
**José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni**

(Presidente)



**António Pedro Sá Alves Sameiro**

(Vogal)



**Armindo Marques Matias**

(Vogal)

